



REVISTA CABORÉ



Revista do corpo discente do curso
de Ciências Sociais da UFRPE

SABERES I

Volume 1, nº 5, 2022.2
RECIFE 2022



Revista do Corpo Discente de Ciências Sociais da UFRPE
Volume 1, nº 5, 2022.2
Saberes I.

ISSN: 2764-0744

Editoração e Diagramação:
Adailton Laporte e J.C Marçal

Editor Gerente:
Dr. José Carlos Marçal

Comitê Editorial:
Dr. Adailton Laporte - UFPE
Dr. Fábio Bezerra - UFRPE
Dr. Josias de Paula - UFRPE
Dra. Laeticia Jalil - UFRPE
José Ewerton de Souza (corpo discente) - UFRPE

Comissão de Pesquisa - DECISO - UFRPE:
Dr. J.C. Marçal (Presidente)
Dra. Maria do Rosário
Dr. Josias de Paula
Dr. Marcos André
Dr. Maurício Sardá
Dr. Sérgio Farias

Recife, 2022.

SUMÁRIO

TRATAMENTO DE CÂNCER DE PRÓSTATA:
MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA O HOMEM

João Gabriel Tadeu dos Santos

04

RACISMO: NECROPOLÍTICA E
NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Maria Eduarda Barbosa de Barros

13

AUTOCONHECIMENTO E EXISTENCIALISMO:
CONEXÕES ENTRE A FILOSOFIA DE RENÉ DESCARTES
E JEAN-PAUL SARTRE

Vanessa Vitória Campos Costa

24

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS
PROFISSIONAIS TÉCNICOS EM ENFERMAGEM
DE PERNAMBUCO

Maria de Jesus

34

O CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA NA TEORIA
DO IMPERIALISMO COMO FASE SUPERIOR
DO CAPITALISMO DE LÊNIN

Filipe Oliveira Nava

48

CONCEPÇÕES AGOSTINIANAS NA CULTURA POP

Eraldo Rodrigues da Silva Filho

57

SOCIEDADE DE CONSUMIDORES E ABSTRAÇÃO
CIVILIZATÓRIA: UM DIÁLOGO COMAILTON KRENAK
E ZYGMUNT BAUMAN

Paola Giulia Spenillo Calonio

69



TRATAMENTO DE CÂNCER DE PRÓSTATA: MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O HOMEM.

JOÃO GABRIEL TADEU DOS SANTOS¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a relação entre a masculinidade hegemônica e suas consequências no tratamento do câncer de próstata. O câncer de próstata é o segundo mais comum entre os homens no Brasil, atrás apenas do câncer de pele não-melanoma, (INCA, 2022). Segundo Connell (2013), a masculinidade hegemônica está baseada em uma discussão conceitual relacionada à construção das masculinidades e à experiência dos corpos de homens e em um debate sobre o papel dos homens. Tendo como objetivo entender como esse perfil sociocultural criado pela masculinidade pode interferir na vida dos homens diagnosticados com câncer de próstata, em especial, naqueles que decidem não realizar ou abandonar o tratamento devido ao efeito que ele pode causar como: diminuição ou ausência da libido, disfunção erétil, sensibilidade e crescimento do tecido mamário. Utilizaremos de referencial teórico que tratam da masculinidade e tratamento do câncer de próstata.

Palavras-chave: Masculinidade, Câncer de Próstata, Tratamento, Fatores Socioculturais, Masculinidade Hegemônica.

ABSTRACT: *This article aims to analyze the relationship between hegemonic masculinity and its consequences in the treatment of prostate cancer. Prostate cancer is the second most common among men in Brazil, after non-melanoma skin cancer (INCA, 2022). According to Connell (2013), hegemonic masculinity is based on a conceptual discussion related to the construction of masculinities and the experience of men's bodies and on a debate about the role of men. Aiming to understand how this sociocultural profile created by masculinity can interfere in the lives of men diagnosed with prostate cancer, especially in those who decide not to undergo or abandon treatment due to the effect it can cause, such as: decrease or absence of libido, erectile dysfunction, tenderness and breast tissue growth. We will use a theoretical framework that deals with masculinity and treatment of prostate cancer.*

Keywords: *Masculinity, Prostate Cancer, Treatment, Sociocultural Factors, Hegemonic Masculinity*

¹ Graduando do curso de Ciências Sociais da UFRPE.



Introdução

O câncer de próstata é o segundo mais comum entre os homens no Brasil, atrás apenas do câncer de pele não-melanoma, (INCA, 2022). A próstata é uma glândula que fica localizada na parte baixa do abdômen do homem, sua função é produzir o líquido que compõe o semen. A neoplasia maligna da próstata pode ser considerada um câncer da terceira idade, já que em geral homens com idade a partir dos 65 anos estão entre os mais afetados. Homens com idade inferior a 40 anos diagnosticados com câncer de próstata são considerados casos raros. As formas de diagnóstico do câncer de próstata são o exame de sangue Antígeno Específico da Próstata (PSA) - do inglês “Prostate Specific Antigen” -, este exame de sangue mede os níveis de uma proteína produzida pela próstata, o nível estando em alta é um indicativo para o câncer de próstata ou uma patologia benigna da próstata, o toque retal, onde o médico introduz o dedo no reto do homem a fim de avaliar o tamanho, textura e forma da próstata e a biópsia por ultrassonografia transretal, onde é realizado a retirada de fragmentos nodulares na próstata para a confirmação microscópica da presença do câncer.

O diagnóstico precoce pode levar à cura ou a um ganho na qualidade de vida do homem, evitando que o câncer se dissemine, as chamadas metástases, os linfonodos e os ossos são as áreas do corpo com mais ocorrência de metástases para o câncer de próstata. As entidades médicas recomendam que homens com idade a partir de 45 anos, e em especial aqueles que apresentam fatores de risco, procurem anualmente o urologista, especialista responsável por cuidar do aparelho geniturinário, na maioria dos casos onde os homens estão assintomáticos é preconizado apenas o exame do PSA para o acompanhamento. Para os que apresentam um nível elevado do PSA e apresentam sintomas é realizado o toque retal e a depender da avaliação do médico especialista é realizada a biópsia para a confirmação diagnóstica.

Quanto ao tratamento, cada caso é avaliado de forma única e recebe seu próprio protocolo de conduta a ser tomado para o tratamento do câncer de próstata. Se diagnosticado precocemente, é possível que o tratamento para o câncer seja menos invasivo para o homem, já que o adenocarcinoma de próstata tende a ter um lento desenvolvimento até que comece a se manifestar de forma mais agressiva.

Cada tratamento pode despertar um efeito colateral ao homem, esses são os tratamentos para o câncer de próstata: criocirurgia, terapia alvo, conduta expectante, hormonioterapia, radioterapia, quimioterapia, cirurgia e vacinas. Alguns dos efeitos colaterais do tratamento para o câncer de próstata estão diretamente ligados a libido e potência sexual do homem, e de certa forma é algo que mexe no que seria o perfil de homem másculo viril que está enraizado na sociedade. São eles: diminuição ou ausência da libido, disfunção



erétil (impotência), diminuição dos testículos e do pênis, ondas de calor, sensibilidade e crescimento do tecido mamário.

A masculinidade é a construção de um perfil social do homem, onde é esperado do sexo biológico masculino certas características que venham compor esse perfil como: ser viril, não demonstrar emoções, assumir o papel de um “macho alfa”, não temer a nada, assumir sempre uma postura confiante, não fracassar, entre outras características que historicamente é de se esperar em um homem dito másculo. Segundo o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa a definição da palavra masculinidade é: qualidade de masculino ou de másculo. Assim também como podemos encontrar como um dos sinônimos de masculinidade a palavra virilidade. Desta forma, é possível identificar que existe um perfil traçado do que é ser um homem másculo/viril em nossa sociedade, e qualquer outra construção do *ser* homem fora destas características, não se configura como uma figura masculina.

Segundo Connell (2017, p.188) “[...]a masculinidade tem a ver com relações sociais e também se refere a corpos -uma vez que “homem” significa pessoas adultas com corpos masculinos”. A autora apresenta o ligamento da construção da masculinidade com os fatores sociais e biológicos, e como são entendidos. Quanto a biologia e a questão de gênero em relação a masculinidade ela afirma que:

Não devemos temer a biologia, nem devemos ser tão refinados ou engenhosos em nossa teorização do gênero que não tenhamos lugar para corpos suados. O gênero é, nos mais amplos termos, a forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. No gênero, a prática social se dirige aos corpos. Através dessa lógica, as masculinidades são corporificadas, sem deixar de ser sociais. Nós vivenciamos as masculinidades (em parte) como certas tensões musculares, posturas, habilidades físicas, formas de nos movimentar, e assim por diante. (CONNELL, 2017, p. 188-189)

Para Connell (2017), no debate sobre masculinidade se faz necessário entender que em um contexto social é possível encontrar diferentes masculinidades, e que ela pode se expressar de formas diferentes a depender do contexto que está ambientada. Ainda discutindo sobre a construção da masculinidade a autora conclui que a existe uma contradição que pode ser percebida dentro da própria masculinidade, é utilizando do pensamento de Freud, quando fala sobre a coexistência de ambas características no mesmo ser, ela afirma:

Em segundo lugar, qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria, internamente complexa e até mesmo contraditória. Devemos essa compreensão especialmente a Freud, que enfatizava a presença da feminilidade dentro da personalidade dos homens e da masculinidade dentro da personalidade das mulheres



e que analisou os processos de repressão pelos quais essas contradições são tratadas. (CONNELL, 2017, p. 189)

Masculinidade Hegemônica x Câncer de Próstata

Para entendermos a relação que existe entre a masculinidade e o tratamento de câncer de próstata utilizamos o conceito de Masculinidade Hegemônica, segundo a teoria de Raewyn Connell², que em sua passagem pelos Estados Unidos nos anos 70 ela estudou os Movimentos de Liberação das Mulheres, de Liberação dos Gays e de Liberação dos Homens, tendo sua pesquisa baseada na questão de gênero com forte influência desses movimentos. A autora teve como base o entendimento do “papel do homem” que esses grupos tiveram e partindo do pensamento da definição de masculinidade como um conjunto de expectativas e atitudes (CONNELL, 2017, p. 187.).

Para a compreensão da questão hegemônica na masculinidade é preciso compreender o que é ou que se entende por masculinidade, a autora define a masculinidade como uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero (CONNELL, 2017, p. 188.). Ela entende também que dentro da masculinidade existem outras configurações e práticas, por isso, comumente podemos ouvir falar de “masculinidades”. A autora apresenta algumas definições de masculinidades sendo elas: as masculinidades de cumplicidade, de resistência, de subordinação e a marginalizada, mas aqui falaremos apenas da masculinidade hegemônica, visto que, ela contempla o alvo de homens diagnosticados com o câncer de próstata e a discussão sobre o tratamento.

Entendemos que a construção da masculinidade tem ligação com as relações sociais, relações culturais e que essas relações podem interferir diretamente nessa construção. Para Connell:

² Nascida Robert William Connell, Raewyn Connell é uma mulher transexual, socióloga, pesquisadora, professora emérita da Universidade de Sydney e Membro Vitalício da União Nacional de Educação Superior. Como socióloga, Raewyn tornou-se conhecida por pesquisas sobre dinâmicas de classe em larga escala (Ruling Class, Ruling Culture , 1977; Class Structure in Australian History , 1980), e sobre como as hierarquias de classe e gênero são feitas e refeitas na vida cotidiana das escolas (Making the Difference , 1982 ; Teachers’ Work, 1985). Ela desenvolveu uma teoria social das relações de gênero (Gender and Power , 1987; Gender: in World Perspective , 2002/2015), que enfatizava que o gênero é uma estrutura social dinâmica e em larga escala, não apenas uma questão de identidade pessoal. Em campos aplicados, trabalhou em pobreza e educação (Escolas e Justiça Social, 1993), sexualidade e prevenção da AIDS e equidade de gênero. Raewyn é mais conhecida internacionalmente pelos estudos sobre masculinidade. Ela foi uma das fundadoras deste campo de pesquisa e seu livro Masculinities (1995, 2005). É possível encontrar textos que citam a autora com esses dois nomes, o processo de transição dela se deu de forma tardia, na fase adulta, e em respeito a sua transição e a fim de evitar confusão, é pertinente ressaltar esse detalhe.



Falar de uma configuração de prática significa colocar ênfase naquilo que as pessoas realmente fazem, não naquilo que é esperado ou imaginado. Não existe qualquer limite para os tipos de prática envolvidos. Pensava-se uma vez que o gênero podia ser definido como um tipo especial de prática, por exemplo, como “reprodução” e não como “produção” social. Mas as masculinidades são construídas também na esfera da “produção”. A pesquisa sobre as masculinidades dos homens da classe operária e da classe média, em vários países, têm mostrado o processo de moldagem das masculinidades no local e no mercado de trabalho, nas grandes organizações e no sistema político. (CONNELL, 2017, p. 188.)

A masculinidade hegemônica pode ser compreendida como um padrão de práticas que possibilita a dominação dos homens sobre as mulheres, não só de como se espera que um homem viral se comporte, mas de forma efetiva, realização de fato ações que venham afirmar esse perfil de um homem másculo. É preciso entender que a hegemonia não significa violência, mesmo tendo a força como base de sustentação, ela é a ascendência através da cultura, das instituições e da persuasão (CONNELL, 2013).

Desta forma, podemos compreender que o conceito desta masculinidade se aplica aos homens que buscam se colocar de forma superior em relações às mulheres, apenas por serem homens e que assim sendo, devem ter ações que diferem de tudo aquilo que pode se compreender como práticas ligadas ao feminino.

Historicamente isto nos remete ao dizeres de “homem não chora”, “isto não é coisa de homem”, “seja homem, se imponha”, e etc. Pelo seu conceito, a masculinidade hegemônica estaria ainda acima das outras masculinidades, pois ela coloca a figura desse homem com o que deve ser sempre superior a tudo o que possa lhe tornar “menos homem”, o que de certa forma pode explicar a rivalidade existente entre os próprios homens que compartilham do mesmo ambiente de sociabilidade cultural, ou não. Tudo isso faz parte da construção desse perfil de homem, como sendo o perfil ideal do homem másculo/viril, como aponta Connell:

[...]A masculinidade hegemônica não necessita ser o padrão comum na vida diária de meninos e homens. Em vez disso, a hegemonia trabalha em parte através da produção de exemplos de masculinidade (como as estrelas dos esportes profissionais), símbolos que têm autoridade, apesar do fato de a maioria dos homens e meninos não viver de acordo com eles. (CONNELL, 2013, p. 263.)

Sendo assim, o homem que se enquadra nesse perfil da masculinidade hegemônica não pode se deixar abater, adoecer, e/ou até mesmo assumir um papel que configure como uma fragilidade. A fragilidade é um dos sentimentos que têm um grande peso para o homem, seguindo o que se discute na teoria, a fragilidade é uma característica que não se configura no perfil masculino, estando a fragilidade ligada ao feminino. Com base nesses



apontamentos, levamos essa discussão para observar como o homem se comporta quando se trata da sua saúde, em especial falaremos do homem que recebe o diagnóstico de câncer de próstata.

É necessário entender que historicamente o acometimento por um câncer é considerado como um tabu, acreditava-se que aquela pessoa diagnosticada com câncer estaria recebendo uma sentença de morte, e também existe uma parcela da população que compreendem essa condição de doente como um estado de impotência social, ainda mais para o homem, quando doente, não se enxergar no papel de figura provedora, deixado de cumprir com seu “papel de homem”, mexendo diretamente com o jeito que o homem se vê e sente. É possível também fazer essa ligação com o perfil masculino, como dito anteriormente, os tratamentos para o câncer de próstata afetam diretamente na virilidade e libido do homem.

Partindo do princípio da masculinidade como uma construção social e cultural, em uma sociedade patriarcal/machista é de se esperar certas posturas do homem, entendemos esse perfil de homem como sujeito inserido na masculinidade hegemônica, desta forma, observamos como isto pode levar o homem a questionar o seu papel do *ser* homem. No âmbito sociocultural as atividades rotineiras e cotidianas podem influenciar neste entendimento do *ser* homem e como ele se sente segundo a visão da sociedade.

É apresentado as crenças, costumes e valores atribuídos ao corpo do homem na sociedade e em sua cultura as normas hegemônicas que regem a sua forma de lidar com o seu itinerário terapêutico, transformando o seu corpo um locus de agência e objeto de sentidos durante o adoecimento. (ARAÚJO; ZAGO, 2018, p.72)

Em um dos processos para o diagnóstico de câncer de próstata pode ser realizado o toque retal e biópsia transretal, culturalmente os homens tendem a ir com menor frequência ao médico. É indicado que aqueles com idade superior a 45 anos procurem anualmente o urologista para começarem a realizar o acompanhamento do PSA. Essa parcela costuma encabeçar essa decisão, temendo um diagnóstico prévio de câncer de próstata, mas também por julgarem o toque retal como algo que compromete sua masculinidade, o homem se coloca em um lugar de vergonha, e tem sua imagem associada a uma posição de inferioridade. Podemos falar aqui sobre um tabu que paira sobre os homens que é o toque no ânus, para muitos isto é visto como uma prática homossexual - sendo o conceito de homossexualismo algo que está diretamente ligado com o ser feminino -, desta forma, muitos deles partem do discurso que ninguém pode tocar ali naquela região, se enquadrando também como um forma de preconceito velada.

Assim também como um dos tratamentos instituído para tratar o câncer de próstata é o bloqueio hormonal de forma medicamentosa ou cirúrgica, esta modalidade consiste na retirada dos testículos do homem a fim de que seja realizado um bloqueio total na



produção de hormônio ligado ao homem buscando conter o avanço da doença, com a retirada parcial ou total. Esses métodos podem despertar alguns efeitos colaterais: como fogachos, o que pode está ligado com o aparecimento da menopausa nas mulheres; a diminuição ou perda da libido, que culturalmente deve estar sempre presente em um homem, homem que é homem deve ser viril e ter uma forte potência sexual; sensibilidade e crescimento do tecido mamário, as mamas são um componente que faz parte do corpo feminino, nem de longe uma figura máscula deveria ter esse componente associado ao corpo de uma mulher; e a disfunção erétil, um homem viril deve sempre apresentar ereção.

Especificamente no câncer, os homens reconfiguram sua identidade física e social e buscam preservar seus “status” de masculinidade familiar ao máximo possível, todavia, a liminaridade é um processo inevitável, pois o desequilíbrio biológico reflete diretamente sobre as ações sociais alterando a identidade masculina. (ARAÚJO; ZAGO, 2018, p.75)

Em sua obra, *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*, Freud (1905) dizia que a pulsão representa o conceito de algo que é limite entre o somático e o psíquico; essa parte psíquica passou a chamar de libido.

Estabelecemos o conceito de libido como uma força quantitativamente variável que poderia medir processos e transposições no âmbito da excitação sexual. Considerando a sua origem especial, diferenciamos essa libido da energia que deve subjazer aos processos psíquicos em geral, e assim lhe emprestamos também um caráter qualitativo. Ao distinguir entre energia libidinal e outra energia psíquica, exprimimos o pressuposto de que os processos sexuais do organismo se diferenciam dos processos de nutrição por uma química especial. A análise das perversões e psiconeuroses nos fez ver que essa excitação sexual não vem só das assim chamadas partes genitais, mas de todos os órgãos do corpo. (FREUD, 2016, p.135)

Podemos considerar também a influência que a libido tem nesse processo de enfrentamento da doença para o homem, como, causa direta está a identificação do ser homem, como Freud pontua que a questão libidinal vai mais além que a questão sexual, podendo interferir no processo comportamental. Sobre a ausência da libido no homem Freud fala de um sentimento de angústia, o que podemos configurar como um dos fatores do processo depressivo que alguns homens que passam pelo tratamento de câncer de próstata, como podemos observar em seu texto:

[...] e o adulto, quando fica neurótico por causa da libido insatisfeita, comporta-se como uma criança em sua ansiedade, começa a temer quando fica só, isto é, sem uma pessoa de cujo amor acredita estar seguro, e a querer atenuar essa angústia com as medidas mais pueris. (FREUD, 2016, p.146)



Há uma busca constante pela afirmação da masculinidade pelo homem, e os hábitos que o cercam tendem a influenciar nesse processo, e muitos são os reflexos para a construção da identidade do homem. Para compreender como esse sentimento se manifesta no homem é necessário levar em consideração que a formação da identidade masculina é um processo lento que acompanha o homem desde o seu nascimento até seu envelhecimento e que este processo sofre modificações a depender do contexto social em que o indivíduo se encontra, e o adoecimento pode ser entendido como um processo de desconstrução de imagem que o homem criou.

Além de todo o sofrimento causado pelo processo de adoecimento, esse fardo do peso social nos homens pode desencadear mais um problema de saúde, mas agora ligada ao psíquico, como o surgimento de uma depressão, o homem que se encontra nessa situação desperta um sentimento de invalidez e impotência, que conseqüentemente acaba por despertar esse acometimento depressivo.

Das Consequências

É neste ponto que a teoria da masculinidade hegemônica vai de encontro com tudo que o ocorre com homem durante o tratamento do câncer de próstata, essa construção do perfil de um homem inseguro, impotente, imbatível, que deixa de ser o provedor, que tem suas atividades sociais interrompidas, o sujeito que nunca pode adoecer e que quando se encontra em tais condições se coloca em uma posição de não reconhecimento de si próprio como homem.

Como podemos ver, as influências de construção do perfil do homem podem ter um impacto em diversos setores na vida do homem, e como os efeitos colaterais do tratamento do câncer de próstata está diretamente ligado aos tabus que cercam a masculinidade. E como consequência, do mal entendimento da questão identitária, as oscilações de humor decorrentes do tratamento, os tendem a ter uma baixa adesão ao tratamento ou até a um abandono, podendo haver ainda uma onda de sentimentos suicidas.

Cabe à equipe de assistência multidisciplinar compreender como o homem se enxerga nesse contexto de enfermo, e juntamente com auxílio da rede de convívio social, tomando medidas que possibilitem uma melhor adequação ao tratamento enfrentamento das situações. Assim com campanhas que visem a conscientização e a desmistificação desses tabus ligados à masculinidade e construção de um perfil ideal do papel homem.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jeferson Santos; ZAGO, Márcia Maria Fontão. Sobre Homens, Câncer De Próstata E Saúde: Um Ensaio A Luz Da Antropologia Das Masculinidades. *Gênero*, Niterói, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 066-079, 2018.

CÂNCER de próstata. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva - INCA, 2022. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/assuntos/cancer-de-prostata>>. Acesso em: 21 ago. 2022.

CÂNCER de próstata. Gov.br, 4 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tipos/prostata>>. Acesso em: 21 ago. 2022.

CÂNCER de próstata vamos falar sobre?. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. - 2ª reimpr. - Rio de Janeiro: Inca, 2019.

CONNELL, Raewyn . Messerschmidt, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2013, v. 21, n. 1, pp. 241-282. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>>. Acesso em: 25 set. 2022.

CONNEL, R. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725>>. Acesso em: 25 set. 2022.

HORMONIOTERAPIA para Câncer de Próstata. Oncoguia, 27 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.oncoguia.org.br/>>. Acesso em: 21 ago. 2022.

SIGMUND FREUD OBRAS COMPLETAS VOLUME 6: Três Ensaio Sobre A Teoria Da Sexualidade, Análise Fragmentária De Uma Histeria (“O Caso Dora”) E Outros Textos (1901-1905). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 399 p. v. 6. ISBN 978-85-359-2783-2.

TEIXEIRA, Nívio Pascoal. O que é um adenocarcinoma de próstata?. *Uromed*, 4 jun. 2018. Disponível em: <<https://uromed.com.br/artigos/o-que-e-um-adenocarcinoma-de-prostata/>>. Acesso em: 21 ago. 2022.



RACISMO: NECROPOLÍTICA E NEOLIBERALISMO NO BRASIL

MARIA EDUARDA BARBOSA DE BARROS³

RESUMO

O presente artigo visa discutir como a necropolítica e o neoliberalismo atuam em conjunto para a perpetuação do racismo. Inicialmente será tratada sobre quem foi responsável por dar origem ao termo necropolítica, em seguida utilizando o que seria Estado e neoliberalismo; por último como necropolítica, racismo e neoliberalismo juntos penalizam pessoas pobres e negras e como essas implicações estão presentes desde a escravidão no Brasil, como essa lógica neoliberal e “quem deve morrer” se retroalimentam diariamente por técnicas usadas pelo Estado. Na metodologia foram utilizados autores que escrevem sobre os assuntos, matérias jornalísticas e dados referentes a casos de uso excessivo da força pela polícia.

Palavras-chave: racismo; necropolítica; neoliberalismo

ABSTRACT

This paper aims to discuss how necropolitics and neoliberalism act together to perpetuate racism. Initially, we will discuss who was responsible for giving origin to the term “necropolitics”, then we will use what would be State and neoliberalism; finally, how necropolitics, racism and neoliberalism together penalize poor and black people and how these implications are present since slavery in Brazil, how this neoliberal logic and “who must die” are fed back daily by techniques used by the State. In the methodology were used authors who write about the subjects, journalistic reports and data regarding cases of excessive use of force by the police.

Keywords: racism; necropolitics; neoliberalism



INTRODUÇÃO

Em seu ensaio intitulado **Necropolítica**, o filósofo camaronês Achille Mbembe escreve sobre a política de morte. Explica que a soberania viveria no poder e capacidade de dizer quem pode viver e quem deve morrer. A soberania, segundo Mbembe, exerceria o controle entre a mortalidade e definiria a vida como a implantação e manifestação de poder. A questão pode ser simples, mas não é. Trata-se de identificar quem são os corpos assassinados pelo Estado, visando manter a ordem. Mas o que é o Estado? De acordo com Almeida (2019), “[...] é uma forma política do mundo contemporâneo”(p.87) de relações econômicas capitalistas, sendo por meio desse Estado que é realizado divisões de indivíduos em classes e grupos. Complementando:

O Estado é a forma política do capitalismo, e não um mero instrumento dos capitalistas. Pode-se dizer que o Estado é de classe, mas não de uma classe, salvo em condições excepcionais e de profunda anormalidade. Em uma sociedade dividida em classes e grupos sociais, o Estado aparece como a unidade possível, em uma vinculação que se vale de mecanismos repressivos e material-ideológicos. A manutenção desse modo de vida conflituoso depende da internalização, pelos indivíduos, das condições de funcionamento da sociedade capitalista como parte da “cultura”. (ALMEIDA, p.87, 2020).

Outra questão importante é como o neoliberalismo e a necropolítica andam de mãos dadas. O porquê dessa união explica muitas das atrocidades cometidas pelo Estado em nome desse sistema que visa disciplinar e exterminar corpos. A lógica neoliberal rege a economia política, através de austeridade fiscal, sendo realizados: “o corte das fontes de financiamento dos “direitos sociais” a fim de transferir parte do orçamento público para o setor financeiro privado por meio dos juros da dívida pública.”(ALMEIDA, 2020). Os críticos fizeram o uso da palavra neoliberalismo, de acordo com Andrade (2020), de forma pejorativa, chamando de: “onda de desregulamentação dos mercados, de privatização e de desmonte do Estado de bem-estar ao redor do mundo.” A partir da década de 1990, a palavra neoliberalismo foi conceitualizada, para:

[...] um modelo de política econômica, passando a designar uma ampla série de fenômenos políticos, ideológicos, culturais e espaciais e, por fim, a própria época, convertendo-se no termo pelo qual a sociedade contemporânea se apresenta a si mesma. (ANDRADE, 2020, p. 212).

Atualmente essa é a explicação para o Neoliberalismo, que não é apenas usado no mundo econômico, sendo um sistema que modifica toda uma sociedade. Para Wacquant (2018), a adesão das classes dominantes a ideologia neoliberal, realizou mudanças na esfera do Estado, que estão ligadas à remoção do Estado econômico, desmonte do Estado social e fortalecimento do Estado penal, ou seja, com todas essas funções desativadas o Estado



passou a punir mais, condenando pessoas que não se encaixam nesse sistema.

ESTADO: NECROPODER E NEOLIBERALISMO

Necropolítica, neoliberalismo e racismo andam entrelaçados. Além disso, Almeida (2020) diz que para compreendermos como é o racismo atualmente, é necessário que falemos sobre “o processo de globalização dos mercados, privatização da economia financeira, do complexo militar pós-imperial, e tecnologias”, e como a partir disso, cria-se:

[...] um novo sujeito humano, empreendedor de si mesmo, moldável e convocado a se reconfigurar permanentemente em função dos artefatos que a época oferece”. Mbembe chama esse “novo homem” de “sujeito do mercado e da dívida, vê-se a si mesmo como um mero produto do acaso. (ALMEIDA, 2020, p.7 apud MBEMBE, 2018b, p. 16).

O incrível nessa lógica é que esse sujeito empreendedor de si mesmo é uma grande farsa. Sabe-se que os negros depois da escravidão precisaram se reinventar para sobreviver. Mas o neoliberalismo torna isso mais cruel, pois aqueles que ascendem socialmente são aqueles que têm capital e possuem o suficiente para poder conter possíveis crises, ainda tendo respaldo financeiro do Estado caso precisem. Diferentemente de um pequeno empreendedor que pode perder tudo do dia para noite. Para Wermuth e Castro (2021), a colonização europeia na América Latina consolidou uma superioridade entre brancos e negros.

Sendo assim, (...) a formação cultural, econômica, política e social dos territórios desbravados, a exemplo do Brasil, é o resultado da herança colonizadora que se encontra, ainda, inserida nos mais diversos segmentos públicos e privados.” (p.301); ou seja, encontramos essa dinâmica colonizadora em vários âmbitos da sociedade brasileira. Contudo, o racismo no período neoliberal ganhou novos formatos, tornando-se “mais um produto de consumo da mesma categoria que outros bens, objetos e mercadorias” (ALMEIDA, 2020, p. 8 apud Mbembe, 2020, p. 105). E com isso, escancarou que o colonialismo foi um modo de governamentalidade e a plantation⁴ como uma tecnologia de poder. Com isso é realizada uma diferenciação do sujeito industrial e o sujeito neoliberal feito pelo Mbembe:

[...] o primeiro é “trágico” e “alienado”, o segundo é um prisioneiro do próprio desejo, cujo gozo não mais repousa no consumo, mas “depende quase inteiramente da capacidade de reconstruir publicamente sua vida íntima e de oferecê-la no mercado como uma mercadoria passível de troca. (ALMEIDA, 2020, p.7 apud MBEMBE, 2018b, p. 16)

⁴ Foi um sistema de exploração colonial utilizado, entre os séculos XV e XIX, em colônias europeias.



Assim, explica-se como o indivíduo é visto dentro dessa prática neoliberal, principalmente o negro. Prosseguindo, “o racismo se revela cada vez mais adequado às novas formas de produção, atuando nas práticas de controle nas relações sociais capitalistas.” (CARDOSO, 2018). Sabemos que os negros foram importantes para o desenvolvimento capitalista. Com o processo de industrialização, à escravidão começou a ser vista como algo negativo, mas isso não impediu que o Brasil continuasse escravizando.

Foi no governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, que se colocou em prática uma política imigratória restritiva e racista. Impedindo, com argumentos racistas, a concessão de vistos aos judeus, ciganos, negros e japoneses. Deste modo Cardoso (2018) explica que a força de trabalho de negro(a) tornou-se desnecessário, começando a compor o maior número de desempregados e indesejáveis nas cidades. Como o capitalismo atualmente opera num sistema de crise. Dando continuidade, Cardoso (2018) esclarece que:

[...] o capitalismo é violência, é genocídio e envolve variados fenômenos antinegros nos níveis estrutural, sociocultural, simbólico e físico. O capitalismo é genocida. E o que isto significa? Que essas massas sobrantes não têm lugar nem função na sociedade burguesa, e que elas precisam ser eliminadas. (CARDOSO, 2018)

O que são essas massas sobrantes? São pessoas que não conseguem emprego, não têm alimentação, nem tão pouco moradia, quando chove perdem suas casas, tiram renda de subempregos que fazem na comunidade. Uma pesquisa do IBGE em 2020 mostra que 71,2% de jovens negros (pardos e pretos) encontram-se desempregado, isso no início da pandemia de Covid-19. Outra pesquisa mostra que a chance de um jovem negro ser assassinado é 2,6 vezes maior que uma pessoa não negra, representando 77% das vítimas de homicídio, informação do Atlas da Violência de 2021. Além disso, apesar dos dados colocados no texto, recentemente houve uma chacina na Vila Cruzeiro, Rio de Janeiro, onde foram assassinados 23 pessoas.

OS ALVOS TÊM COR E ENDEREÇO

Sabe-se quem são as vítimas preferenciais dessas incursões e investigações policiais. Basta olhar para a história, tendo em vista que os corpos vilipendiados trazem um contexto social de esquecimento (marginalização). Um exemplo foi o que aconteceu em maio de 2021, a polícia do Rio de Janeiro matou 28 moradores da comunidade do Jacarezinho, sendo uma das operações mais letais. Casas foram invadidas, famílias foram ameaçadas,



o rastro de sangue percorria becos das comunidades. A política de morte é uma ordem⁵. Ou seja, essas pessoas vítimas da polícia não têm direito a vida e nem tão pouco uma investigação digna. Contudo:

(...) as práticas da violência policial se tornaram um “mal banal”. Muitas vezes também é letal - como demonstram os altos índices de mortes cometidas por policiais no Brasil - para determinadas pessoas ou tipos sociais, tanto individualmente como em grupo, nos contextos micro e macro da sociedade. É, ainda, um fenômeno marcado por preconceitos e discriminações que pode ser observado no cotidiano das atividades policiais, quando policiais se direcionam a um público específico, como é o caso da população negra, jovem, pobre e moradora das periferias da cidade (BRASIL; SANTIAGO; BRANDÃO. p. 170-71, 2020)

Sendo assim, sabemos quais são os processos passados por essa população nos grandes centros urbanos das capitais brasileiras, desde o uso de armamento pesado pela polícia nas favelas, abordagens desnecessárias e uso da força para conter esses “ditos marginais” pelo Estado. Em uma outra situação, policiais rodoviários federais (PRF) colocaram Genivaldo de Jesus Santos, 38 anos, no porta-malas da viatura, improvisando uma câmara de gás, utilizaram gás lacrimogêneo e spray de pimenta. Genivaldo acabou morrendo asfixiado. Segundo informações do sobrinho da vítima, Wallison de Jesus, o tio tinha problemas mentais e nos bolsos da calça estavam os remédios, o sobrinho tentou alertar os policiais a condição de saúde do tio, sendo ignorado.

Não é só as investidas policiais que vamos mencionar, mas o número de encarcerados nos presídios brasileiros também é um exemplo dessa violência do Estado, são os corpos marginalizados que ocupam aqueles lugares insalubres e em condições precárias. Em seu livro *Encarceramento em Massa* (2019), Juliana Borges, explica que o Brasil tem uma população prisional que cresce todos os anos, ficando em terceiro lugar. Ou seja, “(...) significa cerca de 352,6 presos para cada grupo de 100 mil habitantes.”(p.19). Ao longo do texto Borges esclarece que,

O sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento de suas engrenagens mais do que perpassadas por essa estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização social. Além da privação de liberdade, ser encarcerado significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades. Tanto o cárcere quanto o pós encarceramento significam a morte social desses indivíduos negros e negras que, dificilmente, por conta do estigma social, terão restituído o seu status, já maculado pela opressão racial em todos os campos da vida, de cidadania ou possibilidade de alcançá-la. Essa é uma das instituições mais fundamentais no processo de

⁵ Segundo matéria do Jornal Folha de São Paulo a investigação sobre o massacre no Jacarezinho dos 24 das 28 mortos foi arquivada.



genocídio contra a população negra em curso no país. (p.21, 2019)

Não obstante o processo de não humanização dos negros na sociedade brasileira, ainda são obrigados a lidar com interferências do Estado para mostrar o lugar que devem ocupar, já que não bebaram do êxtase neoliberal. E as prisões estão nisso para provar quem são os corpos que estão presentes nesses ambientes. O sociólogo francês Loïc Wacquant, comenta em seu livro, *As prisões da miséria*, o quanto a penalidade neoliberal é sedutora para países com um nível extremo de desigualdade, como é o caso do Brasil. Wacquant ainda complementa dizendo que a insegurança criminal no Brasil tem tendência a ser agravada por intervenções de ordens, serve como exemplo, o trabalho realizado nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), instalada em 2008 no Rio de Janeiro. Muitos pesquisadores acreditam no fracasso, mas ele serviu para estraçalhar os corpos que ali viviam, ou seja, cumpriram seu papel. Como exemplificar a socióloga, Lia de Mattos Rocha:

A violência policial, porém, reforça ainda mais as opressões e o racismo que estruturam a ordem social brasileira. Políticas públicas que promovem a militarização dos territórios de favelas e periferias são responsáveis pelos altos índices de letalidade produzidos por ações de agentes estatais, justificados pela impunidade e pela difusão de uma cultura racista e preconceituosa. (ROCHA, 2022)

Outros pesquisadores reforçam esse modo de atuação da polícia no Brasil, BRASIL; SANTIAGO e BRANDÃO (2020) ressaltando que “O recurso é usado como forma de conter, em seus “devidos lugares”, a população sobrando e descartada pelo modelo de produção destrutiva e de consumo desenfreado, em benefício da segurança patrimonial de uma elite”(p.169). Ou seja, existe essa contenção de indesejáveis nas áreas urbanizadas. Como dito, essas ações policiais reforçam o racismo em comunidades extremamente vulneráveis, a ideia de pacificação de áreas fragilizadas socialmente ressoa como um processo de higienização e silenciamento daquela população malquista no lugar. A polícia serve como processo de “recolocação” desse indivíduo em “seu devido lugar”, os indesejáveis, cumprindo o papel de disciplinar os corpos e lembrar quais lugares devem ocupar dentro da cidade.

Basta uma caminhada pela cidade do Recife para notarmos quais são os ambientes que existem mais patrulhas policiais. Um dia nos terminais integrados de Recife e região metropolitana e nos deparamos com viaturas da polícia fazendo patrulha no local, para evitar tumulto e fazer uso abusivo da força. Portanto, quem deve ser responsável pela miserabilidade presentes nesses lugares de intervenções estatais? No livro *Estado Pós-democrático*, Rubens Casara, escreve sobre o modo de agir neoliberal, que não se atém unicamente pela forma econômica, mas opera numa racionalidade que incentiva o que ele chama de “cada um por si”, onde acontece um processo de individualização do indivíduo.



No neoliberalismo há apenas mercadorias e a elas deve ser atribuído um valor de troca. O resto, aquilo que não tem o valor positivo de uma mercadoria, deve ser eliminado. Se determinadas coisas e pessoas passaram a ser descartadas, o próprio ato do descarte tanto de pessoas quanto de coisas passou a ser valorado de forma positiva (CASARA, 2017, p.40)

Então, aquele corpo que não conseguiu a redenção neoliberal deve ser eliminado da sociedade, punido pelo que não conseguiu. Uma marca dessa violência institucional é o que escreve HIRATA; ALMEIDA et al., (2022) em artigo escrito para o jornal *Le diplomatique*: Militarização à milicialização das cidades: efeitos de uma política nacional, as políticas de segurança pública no Brasil são racistas e criminalizam a pobreza. De acordo com os autores do artigo (2022): “Em 2020, 78,9% das vítimas de ações policiais eram negras. Ou seja, negros e negras têm 2,8 vezes mais chances de morrer durante uma ação policial do que pessoas brancas.” Acrescentam que esse método de intervenção tem crescido em diversos Estados brasileiros, mas no Rio de Janeiro, isso transformou-se em um grande problema. É sempre noticiado em jornais quando a polícia sobe o morro com o caveirão e são trocados tiros com supostos traficantes.

Em Pernambuco, de acordo com dados da Rede de Observatórios da Segurança, o estado teve um aumento de 52,7% de mortes causadas por policiais, esses dados são de 2019 e 2020. Um dos casos bastante emblemático foi do Victor Kawan, 17 anos, que foi assassinado por policiais militares no bairro do Sítio dos Pintos, em Dois Irmãos. Victor e um amigo estavam em uma moto, quando um carro da polícia passou por eles e pediu que parassem, assustados os garotos não pararam, como o pedido não foi atendido os dois policiais dispararam, foram dez tiros, um só tiro foi necessário para acabar com os sonhos do Victor Kawan. Como diz a expressão: Atira primeiro, pergunta depois.

Mas ao perguntar depois é tarde demais. Nisso uma família se vê despedaçada. Não tem mais o filho por perto, angústia toma conta das esperanças. Permanecem num círculo sem fim em busca de respostas, nas investigações as vidas desses familiares são violados, revirados de cabeça para baixo, se falarem ou apontarem quem são os acusados podem sofrer represálias. Segundo a pesquisadora do Instituto Igarapé, Terine Husek Coelho, quando um policial é morto em serviço a chance de um morador ser punido, imediatamente, é de 1150%. “No dia seguinte, aumenta em 350%. Na semana seguinte, em 125%. São os efeitos das chamadas “operações-vingança”, termo com que foram batizadas essas operações feitas para supostamente dar uma resposta às mortes de policiais em serviço.” (APÚBLICA, 2021).

Sendo assim, a cada um policial morto, dez civis são assassinados como forma de fazer justiça. Esse processo mostra como os policiais, que representam o Estado, ganham



autonomia ao vingar a morte de seus pais, mas esse tipo de ação não visa prender e levar para julgamento. “O Estado brasileiro é uma máquina de guerra, dirigida aos jovens, negros e pobres periféricos. Há duas escolhas estatais: a morte ou a prisão.” (FERREIRA, p.735, 2018). Mesmo que a prisão seja o caminho, muitos jovens acabam por perder a vida em becos e vielas que cresceram. A violência policial em comunidades representa a lógica punitiva do estado. E esses corpos marginalizados e segregados em comunidades vulneráveis são os mais violados em todos os aspectos possíveis.

CONCLUSÃO

Por fim, quero esclarecer que a violência perpetrada pelo Estado, que integra esse capitalismo selvagem, visualiza o sujeito apenas como objeto de manutenção do sistema, excluindo e exterminando os indesejáveis, aqueles que não foram capazes de conseguir por conta própria serem seus chefes, nem tão pouco beberem do êxtase da liberdade individual, essa tão empregada como forma de ascensão tão empregada no neoliberalismo, também integrando essa lógica de Estado, o racismo, tendo em vista que negros e negras foram jogados à sua própria sorte. Não tiveram direito à terra como os estrangeiros trazidos por Vargas. Ou seja, além de serem contidos em seus locais de moradia, favelas, ainda são jogados na prisão para que se mantenha a ordem nas cidades. O medo que a cidade seja tomada por desocupados. Nem direito de ser visto como gente, pessoas, humanos. A cada desumanização e violação de corpos negros que são cometidos diariamente, basta olhar os genocídios perpetrados nas favelas no Brasil. O grande número de pessoas negras encarceradas nas prisões brasileiras, sistema esse que é inebriado em políticas repressivas americanas. É com essa junção de necropolítica, neoliberalismo e racismo que o capitalismo massacra os indesejáveis. Na canção regravação pela Elza Soares, A carne, do álbum: Do cóccix até o pescoço no ano 2002: “A carne mais barata do mercado é a carne negra(...) Que vai de graça pro presídio, e para debaixo do plástico, que vai de graça pro subemprego e pros hospitais psiquiátricos.” São esses corpos que são descartáveis, são eles que são matáveis. O tiro tem destino, caminho e corpo.

À vista disso, como explica a pesquisadora e advogada, Júlia Leite Valente, em seu livro UPPS: Governo militarizado e a ideia de pacificação, fruto da dissertação de Mestrado, diz que:

Uma permanência na história do Brasil é a resposta militarizada e violenta que se dá a quem insurge contra a ordem, seja através de insurgência pela prática revolucionária, seja pela prática criminosa, seja por não enquadrar no ideal estético, cultural e econômico que se quer impor à sociedade (2016, p. 63)



Em outras palavras, o Estado sempre vai impor à ordem, mediante ao uso da força nessas comunidades, tudo isso para que o ideal de cidade seja mantido. Mesmo que para isso seja preciso exterminar pessoas negras e periféricas. Aquelas que estão sempre em situações vulneráveis. Ao longo da história brasileira esse processo sempre foi violento e não há padrão para que isso mude, por mais apontamentos que sejam feitos por diversos moradores de comunidades e pesquisadores universitários. A violência perpassa a história de famílias periféricas e com esse padrão de mudança por conta do capitalismo, isso tende a piorar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. NECROPOLÍTICA E NEOLIBERALISMO. Caderno CRH, [S. l.], v. 34, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.45397. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/45397>>. Acesso em: 26 maio. 2022.

_____. Racismo Estrutural. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. Sociedade e Estado, [S. l.], v. 34, n. 01, p. 211-239, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/23920>>. Acesso em: 26 maio. 2022.

BORGES, Juliana. Encarceramento em Massa. São Paulo, Editora Jandaíra, 2019.

BARROS, Ciro. “Alguém mata um policial, a polícia mata mais. É um ciclo”, diz pesquisadora. APÚBLICA. Disponível: <<https://apublica.org/2021/11/algue-mata-um-policial-a-policia-mata-mais-e-um-ciclo-diz-pesquisadora/>> Acesso em: 16 set. 2022

OLIVEIRA, Flávia. O extermínio de jovens negros é projeto do governo do Rio. O GLOBO. Rio de Janeiro. Disponível: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/flavia-oliveira/post/2022/05/o-exterminio-de-jovens-negros-e-projeto-do-governo-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 15 abr. 2022

BARBON, Júlia. Investigação de massacre no jacarezinho (RJ) chega ao fim com 24 das 28 mortes arquivadas. FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/investigacao-de-massacre-no-jacarezinho-rj-chega-quase-ao-fim-com-24-das-28-mortes-arquivadas.shtml>>. Acesso em: 8 agosto.2022



CARDOSO, F. RACISMO E NECROPOLÍTICA: a lógica do genocídio de negros e negras no Brasil contemporâneo. *Revista de Políticas Públicas*, [S. l.], v. 22, p. 949-968, 2018. Disponível em: <<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9828>>. Acesso em: 26 maio. 2022.

FERREIRA, Carolina Costa. Vozes de uma dor sem nome: necropolítica e maternidade no Brasil. *Revista Direito e Práxis* [online]. 2020, v. 11, n. 01, pp. 732-738. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/44821>> . Acesso em 25 set. 2022.

G1. Negros têm mais do que o dobro de chance de serem assassinados no Brasil, diz Atlas; grupo representa 77% das vítimas de homicídio. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/negros-tem-mais-do-que-o-dobro-de-chance-de-serem-assassinados-no-brasil-diz-atlas-grupo-representa-77percent-das-vitimas-de-homicidio.ghtml>>. Acesso em: 26 maio. 2022

G1. PE tem maior aumento entre sete estados de pessoas assassinadas em ações policiais; 97% dos mortos são negros, diz estudo. Disponível: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/12/14/pernambuco-tem-maior>

-aumento-entre-sete-estados-de-pessoas-assassinadas-em-aco-es-policiais-97percent-dos-mortos-sao-negros-diz-estudo.ghtml. Acesso em: 16 set.2022

G1. Caso Genivaldo: entenda a ordem dos fatos que levaram homem à morte em abordagem da PRF. Disponível em: <<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/05/27/caso-genivaldo-entenda-ordem-dos-fatos-que-levaram-homem-a-morte-em-abordagem-da-prf.ghtml>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

G1. Operação no Jacarezinho deixa 28 mortos, provoca intenso tiroteio e tem fuga de bandidos. Disponível: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/tiroteio-deixa-feridos-no-jacarezinho.ghtml>> Acesso em: Acesso abr. 2022.

HIRATA, Daniel; ALMEIDA, Jordana et al; Da militarização à milicialização das cidades: efeitos de uma política nacional. *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/da-militarizacao-a-milicializacao-das-cidades-efeitos-de-uma-politica-nacional/>>. Acesso em: 10 de set.2022

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018

_____. *Políticas de Inimizades*. Portugal: Antígona, 2017

ROCHA, Lia de Mattos. *Rio: violência policial, UPPs e racismo*. Disponível: <<https://>



racismoambiental.net.br/2022/02/03/rio-violencia-policial-upps-e-racismo/>. Acesso em: 3 set. 2022.

VALENTE, Júlia Leite. UPPS: Governo militarizado e a ideia de pacificação. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2016.

Valor Econômico: Desemprego entre negros é 71% maior do que entre brancos, mostra IBGE Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/08/28/desemprego-entre-negros-e-71percent-maior-do-que-entre-brancos-mostra-ibge.ghtml>> Acesso em: 26 maio. 2022

WACQUANT, Loic. As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; CASTRO, André Giovane de. BIOPOLÍTICA, RACISMO E VIDA NUA: QUANDO O SOL NÃO NASCE PARA TODOS. Quaestio Iuris vol.14,nº.01, Rio de Janeiro,2021. pp.291-321 DOI: 10.12957/rqi.2021.50843. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/viewFile/50843/37352>>. Acesso em: 25 set. 2022.



AUTOCONHECIMENTO E EXISTENCIALISMO: CONEXÕES ENTRE A FILOSOFIA DE RENÉ DESCARTES E JEAN-PAUL SARTRE

VANESSA VITÓRIA CAMPOS COSTA⁶

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de analisar como o indivíduo compreende a realidade que o cerca, defendendo a ideia de que ao longo desse processo, ele descobre a si mesmo. Para tal, busca-se encontrar pontos em comum entre o pensamento do “pai da filosofia moderna”, René Descartes, acerca de como se compreende a realidade e o filósofo contemporâneo Jean-Paul Sartre, o qual analisa como ocorre a troca entre o eu e os outros.

Palavras-chave: Descartes; Sartre; Método; Autoconhecimento; Existencialismo.

ABSTRACT: *This article focuses on explaining how the individual comprehends the reality that surrounds him, defending the idea that throughout this process, he discovers himself. For such intent, we look forward to find mutual points between the thinking of “the founding father of modern philosophy”, René Descartes, about the way we understand reality and the contemporary philosopher Jean-Paul Sartre, who analyzes how the interchange between the self and the others happens.*

Keywords: *Descartes; Sartre; Method; Self knowledge; Existentialism.*

INTRODUÇÃO

Este artigo busca responder ao seguinte questionamento: se a minha primeira certeza diz respeito a minha existência, quais são as implicações dessa realização? Tal pergunta foi desenvolvida após realizada uma meditação na teoria de René Descartes, focando em seu método de análise, como também no existencialismo de Jean-Paul Sartre, o qual compreende que o “eu” está em constante construção.

Nesse sentido, a argumentação está dividida em duas partes. Na primeira, compreendida como o caminho em direção ao conhecimento, a filosofia cartesiana revela o seu potencial

⁶ Graduanda no curso de História da UFRPE.



de conter uma perspectiva do autoconhecimento, uma vez que o indivíduo passa a olhar o mundo a partir de si mesmo, compreendendo a realidade sem as algemas da sociedade.

A segunda parte, por sua vez, se aprofunda nas implicações da existência desse indivíduo que, ao compreender o mundo que o cerca, necessita também entender o que se passa dentro dele, e como ele se constrói a partir do convívio com outrem.

Ao fazer uso dessa divisão, almeja-se identificar vínculos entre as linhas de pensamento dos teóricos em questão em relação ao indivíduo e na construção do seu autoconhecimento.

O caminho em direção ao conhecimento

Antes de se debruçar sobre a teoria defendida pelo filósofo francês René Descartes é preciso entender que os escritos de qualquer teórico são um produto do meio social e do contexto histórico no qual este está inserido. Desse modo, faz-se necessário destacar alguns aspectos da biografia do teórico a ser estudado. Nascido em 1597, no pequeno vilarejo de La Haye, ele veio de uma família da pequena nobreza. Por pertencer a uma classe mais abastada, pôde dedicar-se aos estudos, graduando-se no curso de Direito na Universidade de Poitiers, em 1616.

No que diz respeito ao contexto histórico, deve-se compreender que a teoria cartesiana foi influenciada pelo período do Renascimento. Esse movimento cultural teve relevante influência na Revolução Científica, reunindo teóricos como Francis Bacon, Isaac Newton e Leonardo da Vinci. Essa corrente de pensadores estava baseada no racionalismo, caracterizado pela busca pelas explicações lógicas. Nesse sentido, o homem, centro de tudo, buscava compreender a si mesmo e o ambiente que o cercava.

Entre os seus escritos mais conhecidos, o livro “Discurso sobre o método” será utilizado ao longo do artigo para explicar o processo de acesso a um conhecimento seguro, desprovido das imperfeições da dúvida. Visando a democratização do método, o mesmo foi publicado em uma língua vulgar, o francês, ao invés de ser escrito em latim. Desse modo, o conteúdo não ficou restrito ao domínio da elite intelectual da época, pois o pensador acreditava que “o caminho do conhecimento está aberto aos ignorantes e aos doutos” (DESCARTES, 2011, p. 45). Nesse sentido, todo ser humano poderia ter acesso à razão.

Durante a Idade Média, o conhecimento esteve sob o domínio da Igreja Católica. E considerando que, o grupo que dominasse a escrita também dominaria a História, era vantajoso para esse grupo restringir ao máximo as produções intelectuais no campo da ciência e da literatura, havendo, portanto, a hegemonia do Latim em relação aos idiomas e dialetos populares. Nesse sentido, afirmou Descartes:



Se escrevo em francês, língua do meu país, e não em latim, que é a dos meus preceptores, é porque espero que os que apenas se servem da sua razão natural inteiramente pura julgarão melhor as minhas opiniões do que os que apenas acreditam nos livros antigos. E quanto aos que aliam o bom senso ao estudo, os únicos que desejo para meus juizes, não serão tão partidários do latim que recusem ouvir as minhas razões só porque as explico em língua vulgar (DESCARTES, 2011, p. 13).

Em outras palavras, o filósofo realiza uma crítica à Igreja Católica, que foi representada na citação como os seus preceptores, uma vez que ele estudou em uma instituição jesuítica. Nesse momento, o autor deseja se distanciar do pensamento religioso e, assim, conferir laicidade ao seu método. O seu público alvo, os seus “juizes”, não está aprisionado aos livros antigos, uma vez que era mais amplo e com a mente aberta para o novo.

Na primeira parte do livro, Descartes faz o seu leitor entrar em contato com o ceticismo crítico, ao passo que afirma que ao longo da vida aprendeu a não acreditar com demasiada convicção em nada do que lhe havia sido induzido a aceitar apenas pelo exemplo e pelo hábito; e, dessa maneira, livrou-se de muitos enganos que ofuscam a nossa razão. Antes de apresentar os passos do método, o indivíduo precisa se desprender de tudo aquilo que acreditava porque o acesso ao conhecimento seguro se dá por meio da desconstrução das falsas moradas da verdade.

Ao ingressar nessa jornada em busca da verdade, é essencial que esse trajeto seja percorrido sem as algemas da sociedade. Tudo aquilo que aprisiona o verdadeiro conhecimento deve ser abandonado: o controle das instituições, da religião e da autoridade intelectual. Desse modo, os muros da tradição são deixados para trás, dando espaço para a autonomia do indivíduo. Então, torna-se evidente que a busca pelo esclarecimento é uma questão individual. O desejo de entender a realidade que o cerca acaba resultando na compreensão de si mesmo.

Na segunda parte, Descartes apresenta os quatro passos do método, pois apenas essa quantidade de etapas era suficiente. O autor justifica sua escolha no fato de que um Estado é bem administrado quando este possui poucas leis, sendo elas rigidamente executadas. Com estudos também no campo da Matemática, ele observou que essa ciência conservava muitos preceitos e estes estavam pouco entrosados entre si, tornando difícil a separação entre o verdadeiro e o falso.

Para fins de uma melhor compreensão da teoria, a imagem a seguir reúne os quatro passos do método, bem como uma breve explicação de seu conteúdo.



OS QUATRO PASSOS DO MÉTODO

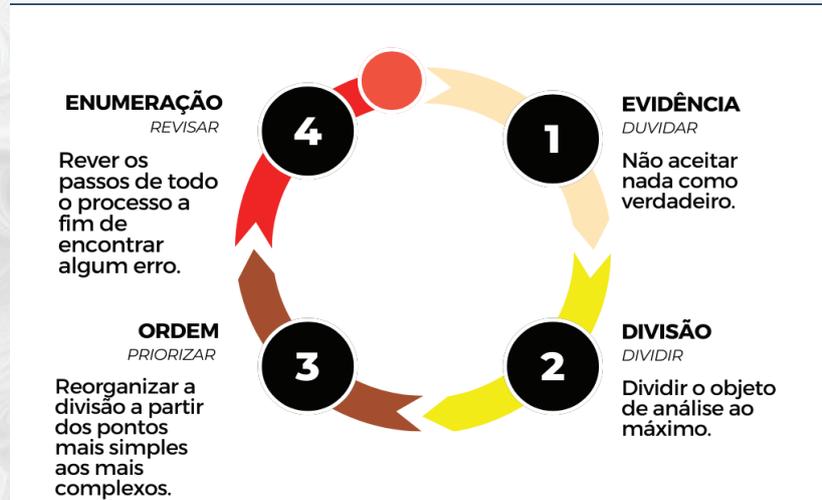


Fig. 1. Os quatro passos do método. Imagem do autor.

O primeiro passo, por sua vez, se define como “dúvida hiperbólica”. Não se deve incluir nesse processo nada além daquilo que se percebe claramente à sua mente. Em seguida, para alcançar uma solução adequada, a divisão de cada uma dos problemas encontrados confere um maior nível de detalhamento à análise. A terceira etapa permite, aos poucos, a ascensão ao conhecimento mais complexo. Nesse momento, afirma o filósofo que nomeia-se “em pensamento uma ordem certa para objetos os quais, por sua própria natureza, não sugerem relação de antecedência e sequência” (DESCARTES, 2011, p. 26). Observa-se nessa fala a força do caráter analítico do método, visto que atribui ordenamento inclusive aos objetos que não apontam para esse critério em sua natureza. Por último, deve-se rever todas essas etapas, a fim de encontrar a omissão de algum ponto.

O método é o caminho de cada um. Ademais, com a democratização do mesmo, tornou-se possível a qualquer pessoa o acesso à razão. Dessa forma, a solidão e o isolamento são requisitos da busca pelo conhecimento. Todos agora são livres para estudar sozinhos. O seu aprendizado, portanto, diz respeito somente a você, não estando mais subordinado a um professor ou a uma instituição de ensino, por exemplo.

Após fazer uso do método que havia criado, Descartes conclui que:

Mas a base principal de minha satisfação com tal método foi a garantia que tive de exercitar a minha razão em todos os assuntos, se não com perfeição absoluta, pelo menos com a maior atingível por mim: além do mais, eu estava consciente de que por seu uso minha mente ficou habituada gradualmente a concepções mais claras e distintas de seus objetos; e também esperei, por não ter restringido este



método a qualquer assunto particular, aplicá-lo aos problemas das outras ciências, com não menor sucesso que aos da álgebra. (DESCARTES, 2011, p. 28)

Ademais, percebe-se que todas as etapas dessa fórmula cartesiana são permeadas pela razão. Ao fazer uso da mesma, a mente torna-se mais adaptada aos aspectos que a cercam, compreendendo melhor a sua realidade. Outro aspecto que reitera a democratização do conhecimento presente nessa fala diz respeito à possibilidade de aplicação dessa forma de analisar os fatos se expandindo para o campo das outras ciências. Em um período no qual vigorava a Revolução Científica, tal aspecto era fundamental.

A partir de um processo meditativo, o indivíduo ganha a possibilidade de olhar para o mundo a partir de si mesmo. Nesse sentido, ganha-se mais profundidade em seus estudos e as etapas do método permitem analisar minuciosamente os objetos de estudo. Assim, ocorre de fato a produção do conhecimento e não apenas o consumo de informações, as quais se perdem ao longo do tempo. Embora o filósofo tenha buscado explicar a realidade que o cercava, nesse processo, a mudança ocorreu em si próprio, evidenciando o autoconhecimento presente na busca pela verdade.

No quarto capítulo de seu livro, Descartes inicia as suas meditações acerca da nossa realidade. Nesse sentido, o autor acreditava que o mundo poderia não ser da forma a qual nos foi apresentado, tendo em vista que os sentidos possuem a capacidade de nos enganar. Sabendo que todos os objetos que a nossa mente percebe quando acordado também estão presentes em nossos sonhos, quem garante que tudo o que nos cerca não passa de um sonho? Nesse sentido, não existem indicações certas pelas quais seja possível distinguir claramente as impressões que tenho acordado daquelas que pareço ter enquanto durmo.

Para a melhor compreensão desse ponto crucial da filosofia de Descartes, segue o trecho abaixo:

Mas imediatamente observei que, ainda que desejasse pensar que tudo era falso, era absolutamente necessário que eu, que assim pensei, deveria ser algo; e como observei que esta verdade, eu penso, logo existo (cogito ergo sum), era tão certa e de tal evidência que nenhuma base para dúvida, ainda que extravagante, poderia ser alegada pelos cétricos capazes de abalá-la, conclui que posso, sem ressalva, aceitar como o primeiro princípio da filosofia à qual estava à busca. (DESCARTES, 2011, p. 37)

O certo e indubitável estão presentes apenas na minha existência porque esta mantém-se fundamentada na minha consciência. Ao passo que penso, tenho noção de que existo. A nossa essência, segundo Descartes, consiste somente em pensar. A única certeza que nós temos é a da nossa existência. Por outro lado, se eu tenho consciência da minha existência, quais são as implicações dessa realização?



Esforça-se, portanto, em atribuir sentido à nossa existência. O filósofo acreditava que nossas características nos foram endereçadas por “uma natureza que era em realidade mais perfeita que a minha e que possui até dentro de si mesma todas as perfeições das quais poderia formar qualquer ideia” (DESCARTES, 2021, p. 38). Assim, acredita-se que mais perfeito do que nós mesmos, somente Deus. Ademais, o pensador elimina essa entidade de qualquer defeito, afirmando que a dúvida e a tristeza não podem ser encontrados nela. Nesse sentido, devemos nos alegrar porque a partir dessa constatação nos faríamos contentes.

Tendo em vista as questões levantadas acerca da filosofia cartesiana, pode-se inferir que, apesar de conferir laicidade ao seu método, o pensador não se afastou de questões religiosas em suas meditações.

Para aprofundar o estudo das questões existenciais, busca-se fundamentar a argumentação na filosofia de Jean-Paul Sartre.

O eu e os outros

Jean-Paul Sartre nasceu em Paris no ano de 1905. Foi docente no Liceu de Havre, ainda na França, a partir de 1931. Em seguida, deu continuidade à formação filosófica no Institut Français, em Berlim. Durante a Segunda Guerra Mundial, Sartre foi convocado pelo governo francês para servir ao exército. Ele foi capturado pelos inimigos e conseguiu se libertar apenas em 1941. Esse período de reclusão o fez ganhar apreço pelo engajamento político, levando-o a criticar a classe social do qual fazia parte, a burguesia, afastando-se dos intelectuais franceses oriundos desse meio social.

Em consonância com a filosofia cartesiana, afirmou Sartre em uma palestra posteriormente transformada no livro “O existencialismo é um humanismo” que “Não é possível existir outra verdade, como ponto de partida, do que essa: penso, logo existo, é a verdade absoluta da consciência que apreende a si mesma.” (SARTRE, 2014, p. 33). Nessa proposição, reitera-se a questão da certeza da nossa existência, ao passo que ela é consciente em si mesma porque atribuímos sentido a mesma.

Os dois filósofos franceses presentes neste artigo dialogam para responder ao seguinte questionamento: Se eu sei que existo, quais são as implicações da minha existência? Nesse sentido, Sartre aprofunda esse debate na proposição a seguir:

Assim, aquele que se apreende de maneira imediata pelo cogito, descobre também todos os outros, e os descobre como a condição de sua própria existência. Ele se apercebe que não pode ser nada (no sentido em que dizemos que somos



espirituais, ou maus, ou ciumentos), a menos que os outros o reconheçam como tal. Para obter qualquer verdade sobre mim é necessário que eu passe pelo outro. O outro é indispensável para a minha existência, tanto quanto, ademais, o é para o meu autoconhecimento. (SARTRE, 2014, p. 34)

A problemática existencialista gira em torno do eu em contato com o outro. Dessa forma, eu apenas existo quando sou percebido pelo outro. Não se pode conceber a ideia de conhecer a si mesmo se não for analisado como ocorre o seu convívio com os outros. Por esse motivo, a segunda parte do presente artigo busca compreender a partir da filosofia de Sartre como ocorre essa troca entre o indivíduo e a sociedade que o cerca. Mais especificamente, como são tomadas as decisões que nos constituem e em quais fatores elas estão baseadas.

Segundo o pensamento existencialista, o eu, o homem não pode ser definido, questão essa explicada na citação abaixo:

Que significa, aqui, que a existência precede a essência? Significa que o homem existe primeiro, se encontra, surge no mundo, e se define em seguida. Se o homem, na concepção do existencialismo, não é definível, é porque ele não é, inicialmente, nada. Ele apenas será alguma coisa posteriormente, e será aquilo que se tornar. Assim, não há natureza humana, pois não há nenhum Deus para concebê-la. O homem é, não apenas como é concebido, mas como ele se quer, e como se concebe a partir da existência, como se quer a partir desse elã de existir, o homem nada é além do que ele se faz. Esse é o primeiro princípio do existencialismo. (SARTRE, 2014, p. 19)

Nesse sentido, a nossa primeira certeza, a da nossa existência, é consciente em si mesma. Inicialmente, o homem não é nada porque ele ainda não atribuiu sentido a sua existência. O processo de construção do eu se dá por meio da descoberta de quem somos e, posteriormente, da decisão de ser aquilo que escolhemos, e não por algo pré-determinado. O existencialismo ateu, do qual o filósofo era adepto, é pautado a partir de uma ampla liberdade, tendo em vista que o indivíduo realiza as suas escolhas de acordo com os seus próprios parâmetros.

Assumindo a não existência de um Deus, Sartre torna o indivíduo completamente responsável por seus atos, uma vez que este não pode mais descontar os seus infortúnios em um suposto ser superior. Essa vertente existencialista não se agrada do fato de poder afirmar essa inexistência porque com ela perde-se todo um código moral que deveria ser seguido, não existe mais a possibilidade de se agarrar a algo que legitime o seu comportamento. Ainda nesse raciocínio, Sartre afirma que “Nós estamos sós. Sem escusas.” (SARTRE, 2014, p. 24). Sendo assim, o ser humano, uma vez lançado ao mundo, torna-se livre.

O homem escolhe o que pretende ser, usufruindo de sua liberdade. Não que esta atitude



seja sinônimo de anarquia, porque a liberdade não deve ser concebida do ponto de vista individual devido ao fato de as decisões tomadas por alguém possuírem impacto na vida dos outros. Ocorre uma relação de troca em prol da harmonia, na medida em que a liberdade do indivíduo depende da liberdade dos outros e vice-versa. Se alguém que não cometeu atrocidade nenhuma foi privado de sua autonomia, os demais também estão em risco.

Devido ao poder de impacto das nossas decisões na realidade alheia, a liberdade precisa estar unida à responsabilidade. Desse modo, o sujeito possui a capacidade de determinar os rumos de sua vida, mas sempre responsabilizando-se por seus atos. O indivíduo está condenado a realizar escolhas para a sua vida, uma vez que “Eu sempre posso escolher, mas tenho que saber que se não escolho, isto também é uma escolha” (SARTRE, 2014, p. 36-37). Ao decidir não escolher, ele tenta se afastar da sua responsabilidade, agindo, então, de má-fé. Dessa forma, o indivíduo atua contra si mesmo, negando a verdade e interrompendo todo o processo de autoconhecimento.

Em contrapartida, ao compreender que o ser humano não possui natureza porque ele está sempre por fazer-se, é possível abandonar essa atitude de negação de quem verdadeiramente é. Ninguém nasce condenado a ser um mentiroso, porém, se assim permanecer, foi por vontade própria. Se o destino do homem não está pré-determinado, logo o mesmo pode se reconstruir e finalmente se aceitar a partir das vertentes já apresentadas: liberdade, escolha e responsabilidade.

Sartre ministrou uma palestra em 1945 para defender o existencialismo de críticas que o caracterizavam por ser uma filosofia individualista. Contrariando essa concepção, o pensador faz a seguinte declaração:

Humanismo, porque lembramos ao homem que não há outro legislador senão ele mesmo, e que é no desamparo que ele decidirá por si mesmo; e porque mostramos que não é voltando-se para si mesmo, mas sempre buscando fora de si um fim que consiste nessa liberação, nesta realização particular, que o homem se realizará precisamente como humano. (SARTRE, 2014, p. 44)

Ao longo de nossa existência são realizadas trocas com outros seres humanos. O existencialismo é um humanismo porque lida com a construção e reconstrução do eu, porém este não pode estar fechado em si mesmo. Sartre realiza a defesa dessa corrente filosófica das críticas de que ela seria individualista. Tendo em vista o que foi exposto, entende-se que o outro é essencial, uma vez que a vida ocorre em sociedade. O cotidiano se permite justamente porque outros já fizeram escolhas que nos afetam.



CONCLUSÃO

Na famosa citação “Penso, logo existo” tem-se o estabelecimento da nossa primeira certeza, tendo em vista que tal constatação independe do exterior e depende somente da minha consciência, não havendo espaço para a dúvida. A construção do método cartesiano constituído de quatro passos simples (evidência, divisão, ordem e enumeração) conduz o indivíduo a duvidar de tudo, menos do ato de duvidar. Dessa forma, a questão do *cogito* fundamenta a primeira certeza do ser: ele existe. Ao partir em busca do conhecimento da realidade que o cerca, compreende a si mesmo ao final da jornada. Contudo, o que pode ser feito com essa certeza? Em outras palavras, quais são as consequências dessa realização?

O diálogo entre a filosofia cartesiana e o existencialismo ocorre na seguinte questão: apesar do reconhecimento da minha existência depender apenas de mim mesmo, a construção de quem eu sou constitui-se a partir do convívio em sociedade. O autoconhecimento ocorre em meio a ciência dessa existência e das suas inferências. Ninguém está sozinho no mundo, logo deve-se observar as implicações das escolhas individuais no coletivo e vice-versa. Ocorre, portanto, uma troca entre o eu e os outros.

Sartre é bastante conhecido pela seguinte afirmação: “a existência precede a essência”. Essa citação implica no estabelecimento de um homem desprovido de definição. Ao passo que se insere na comunidade, ele não é nada. Ele se torna alguém a partir de suas escolhas. A existência não possui sentido justamente porque não se pode atribuir sentido a algo inacabado, haja vista que ela está em constante processo de construção.

Ao longo desse processo, três conceitos são essenciais para a manutenção da harmonia nessa coletividade: liberdade, escolha e responsabilidade. Nós fomos lançados a esse mundo, tornando-nos responsáveis pelo ser humano que vamos nos tornar e, portanto, não podemos nos respaldar em desculpas. Essa é a questão fundamental do existencialismo ateu. Tendo em vista os aspectos observados, fugir dessa realidade significa abandonar a si próprio, agindo de má-fé.



REFERÊNCIAS

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**; tradução de Alan Neil Ditchfield. 2. ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**; tradução de João Batista Kreuch. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS PROFISSIONAIS TÉCNICOS EM ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO

MARIA DE JESUS⁷

RESUMO: O referente artigo disserta sobre as condições de trabalho e saúde dos profissionais técnicos em enfermagem, sobretudo no estado de Pernambuco - Recife, sua região metropolitana e cidades vizinhas. Uma pesquisa quantitativa foi realizada, através de questionário online, para exemplificar e expor as condições hodiernas existentes.

Palavras-chave: Técnicos de Enfermagem. Condições de Trabalho. Saúde.

ABSTRACT: *The referent article discusses about the working and health conditions of nursing technicians, especially in the state of Pernambuco - Recife, metropolitan region and neighboring cities. A quantitative research was carried out, through an online questionnaire, to exemplify and expose the existing conditions today.*

Keywords: *Nursing. Work conditions. Health.*

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em 25 de junho de 1986, a Lei. N 7.498/86 de regulamentação da profissão do técnico em enfermagem, devidamente classificada e hierarquizada, entrou em vigor em todo o Brasil. Apesar de existir, em lei, antes do decreto, sua atividade era influenciada pelas práticas religiosas desde a década de 20, como citado por Caverni (2005):

A Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, chamada Missão Parsons [...] tinha uma visão de mundo de acordo com a ética protestante, veio ao Brasil com um plano para 'laicização e profissionalização da enfermagem brasileira', o que levou à implementação de uma escola de alto padrão em 1923, a atual Escola de Enfermagem Anna Nery." Caverni, Leila Maria Rissi. Dissertação de Mestrado "Curso técnico de enfermagem: uma trajetória

⁷ Graduanda do curso de Ciências Sociais



histórica e legal - 1948 a 1973". Catálogo USP. São Paulo. 2005. Pág. 55.

Porém, ainda que realizada a criação da Escola Anna Nery, o sistema público de saúde na década de 20 ainda não estava formado, dificultando o fomento de diretrizes burocráticas regulamentadoras para os profissionais da área. Segundo quadro exemplificado por Jairnilson Paim (2011), em artigo titulado "O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios", durante o colonialismo português (1500-1822) até o início do período imperial (1822-1889), não existiam, além das Santa Casa da Misericórdia construídas no início da colonização e das primeiras instituições de controle sanitário dos portos e de epidemias (1828 e 1850), uma organização unificada para o tratamento da saúde dos brasileiros.

Na época da república velha (1889-1930,) irão surgir as primeiras instituições voltadas para o cuidado à saúde - principalmente ligadas aos serviços de previdência social eminentes - com a criação dos seguintes seguimentos: a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP; 1897), as reformas das competências da DGSP, feitas por Oswaldo Cruz (1907), e as caixas de Aposentadoria e Pensão da Lei Eloy Chaves (1923). Somente durante a Ditadura Vargas (1930-1945) é que a saúde pública será institucionalizada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, enquanto a previdência social e a saúde ocupacional pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Como exposto, não havia uma sistematização centralizada da saúde. É necessário, portanto, voltar à gênese do sistema de saúde brasileiro, para que se possa ter uma compreensão ampliada sobre os acontecimentos que levaram às condições de trabalho atuais. A história desse sistema está inteiramente ligada ao advento da previdência social, atrelada aos direitos adquiridos pelos trabalhadores com a Consolidação das Leis de Trabalho, criada por Getúlio Vargas (1943). Segundo Menicucci (2007), a relação entre a previdência e a saúde laboral culminou na dicotomia entres setores públicos e privados de assistência médica:

A expansão da assistência médica se deu a partir da segmentação entre os trabalhadores, objeto das políticas. A forma corporativa que caracterizou a criação e a expansão da previdência social brasileira, e vinculada a ela a assistência à saúde de maior proporção, expressou-se como uma conquista ou uma concessão para grupos particulares de trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho. Dessa forma, na sua origem, a assistência médica pública não se constituiu em razão de objetivos universalistas e igualitários, e ao longo do tempo foram se desenvolvendo formas variadas de segmentação, que se traduziam na inserção em instituições de saúde diferentes. - Menicucci, Telma Maria Gonçalves. Público e privado na política de assistência à saúde no Brasil: atores, processos e trajetórias (p. 63). SciELO - Editora FIOCRUZ. Edição do Kindle.



No capítulo 2 de seu livro, a autora descreve como ocorreu a formação da relação entre os dois setores: o processo histórico do sistema de saúde reverberou na configuração em que o setor público opera de maneira formalmente universal e o setor privado opera de modo autônomo. Essa autonomia das instituições privadas nos remete à uma relação do sistema de saúde com a corrente econômica capitalista, culminando assim, na transformação do poder estatal como força instrumental dos interesses imperialistas, “vista como uma atividade econômica, a produção de serviços de saúde torna-se, com a ação estatal, um espaço importante para a acumulação capitalista pela integração entre empresas médicas e o Estado.” Menicucci - (p. 64).

Porém, longe de simplesmente reduzir a formação do sistema de saúde aos interesses capitalistas, é importante reconhecer o Estado como fomentador das transformações que ocorreram não somente no mercado econômico, como também na ordem política. A própria configuração do Estado consolidou determinados interesses ligados ao setor público, como por exemplo, as pautas previdenciárias. Donnangelo (1975) expressa sua opinião sobre essa questão de maneira precisa, deixando evidente que tal panorama contribuiu para “alimentar” a lógica de produção vigente, pois as condições criadas preservaram a ordem capitalista, numa reorganização dos fatores básicos de produção - o capital e o trabalho. Portanto, mesmo com uma aparente conquista, a reivindicação progressista desses direitos acabou por expandir a dominação capitalista.

De acordo com Paim (2011), em consonância com o desenvolvimento gradativo do sistema de saúde, houve uma crescente eclosão dos serviços de saúde privado:

Entre 1970 e 1974, foram disponibilizados recursos do orçamento federal para reformar e construir hospitais privados; a responsabilidade pela oferta da atenção à saúde foi estendida aos sindicatos e instituições filantrópicas ofereciam assistência de saúde a trabalhadores rurais. Os subsídios diretos a empresas privadas para a oferta de assistência médica a seus empregados foram substituídos por descontos no imposto de renda, o que levou à expansão da oferta dos cuidados médicos e à proliferação de planos de saúde privados. - O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. Pág. 18. 2011.

Portanto, nota-se que antes da existência da classe técnica de enfermagem institucionalizada (1986}, os desdobramentos trabalhistas já estavam coagidos à uma economia liberal. Uma das propriedades do liberalismo, característica dos ideais iluministas (XVII-XVIII), é a valorização do ente individualista. A liberdade individual, inspirada no pensamento clássico de Locke (1632-1704), seria o motor principal para a formulação de uma ideologia onde o trabalhador teria a opção de escolher, por exemplo, se iria contratar ou não um plano de saúde, excluindo a responsabilidade do poder constitucional.



Essa influência liberal (ou neoliberal), segundo David Harvey, emergiu de forma diversificada, porém com certos aspectos comuns, como a integração da lógica neoliberalista nas instituições que estruturam a sociedade: “Fortes influências ideológicas circularam nas corporações, nos meios de comunicação e nas numerosas instituições que constituem a sociedade civil - universidades, escolas, igrejas e associações profissionais.” David Harvey. Capítulo 2. Neoliberalismo: histórias e implicações.

No Brasil, segundo a Cartilha do Trabalhador da Enfermagem, o crescimento liberal do capital e da tecnologia industrial reverberou na redução da mão-de-obra:

Na maioria dos setores da economia - agricultura, indústrias - o aumento do capital e da tecnologia contribuiu para reduzir a mão-de-obra. Exemplo disso é o setor bancário: a automação causou a dispensa de milhões de empregados. A clientela passou a fazer a maior parte de suas transações, através dos caixas eletrônicos e da Internet.” Cartilha - pág 10.

Entretanto, há uma particularidade em relação ao setor da saúde: houve aumento em sua mão-de-obra: “O aumento do custo em saúde - população com mais saúde, com vida mais longa e melhor - passou a exigir pessoal em maior quantidade, melhor qualificado e bem remunerado. Mais capital, mais tecnologia, mais trabalhadores de saúde.” Cartilha - pág 10.

A forte demanda é explicada pela importância desse setor na sociedade, visto que para ter um alto índice de desenvolvimento humano, pressupõe-se um sistema de saúde eficiente. A contribuição da enfermagem para com a coletividade é extremamente utilitária, e sobretudo, necessária: ainda de acordo com a Cartilha, foi nomeada como o maior grupo individualizado de trabalhadores da saúde, sendo ela prestadora 24 horas de assistência médica e responsável por cerca de 60% das ações da saúde no país.

Vide a sua indispensabilidade, boas condições de trabalho para esses profissionais são aspectos primordiais para a manutenção do sistema de saúde como um todo. Para a Organização Mundial de Saúde, qualidade de vida é “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. No contexto laboral da enfermagem, a qualidade de vida está diretamente ligada às condições de trabalho, que devem proporcionar ao profissional o desenvolvimento de suas faculdades físicas e psíquicas dentro de uma série de princípios voltados para a promoção do bem-estar, seja ele físico, mental e social.

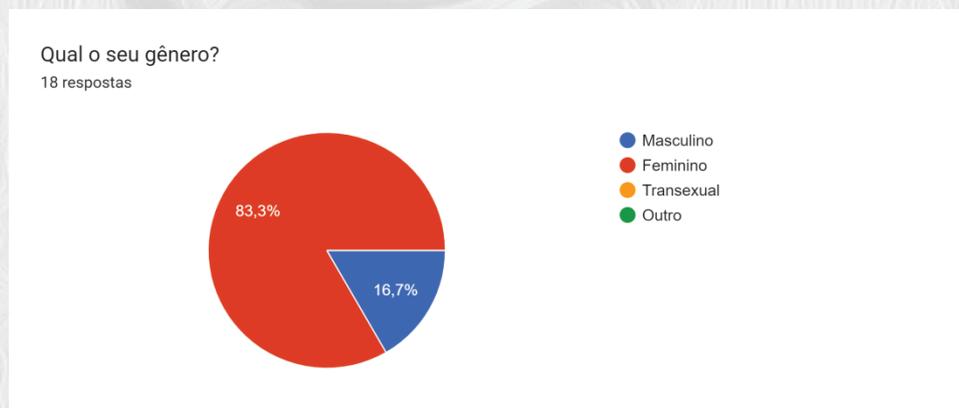
Atualmente, com o pacto da pandemia do COVID-19, uma pesquisa feita pelo Instituto Fio Cruz demonstrou as precárias condições de trabalho que os atuantes da área enfrentam:



Segundo o estudo, 80% dos profissionais de nível técnico e auxiliar que realizam atividades de apoio na assistência, no cuidado e no enfrentamento à Covid-19, vivem situação de desgaste laboral relacionado ao estresse psicológico e à sensação de ansiedade e esgotamento mental. [citar na referência o link da pesquisa Fiocruz] - Publicação do COREN em 10/02/2022.

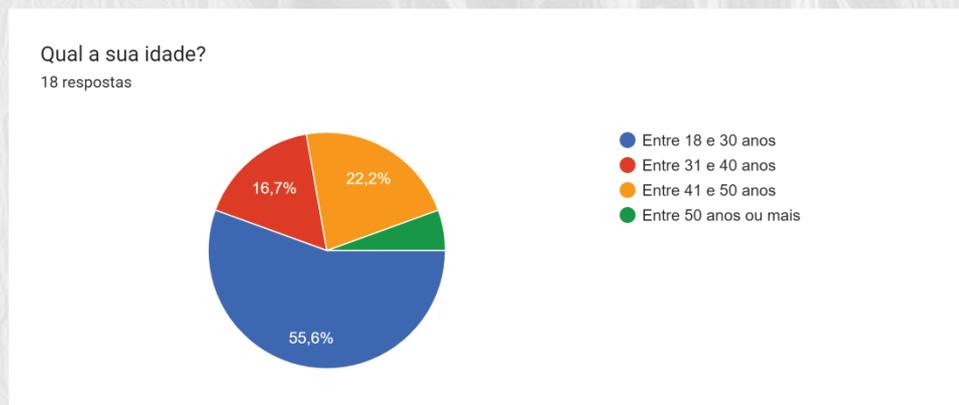
Em conformidade com a situação evidenciada, o presente artigo traz uma pesquisa quantitativa, através do Google Forms - gráficos também representados pela plataforma - com o objetivo de obter conhecimento sobre a realidade dos técnicos de enfermagem do estado de Pernambuco, mais precisamente no Recife e sua região metropolitana.

Foram entrevistados 18 técnicos de enfermagem, entre homens e mulheres:



[GRÁFICO 1 - Dados na imagem]

Com idades entre 18 e 50 anos:



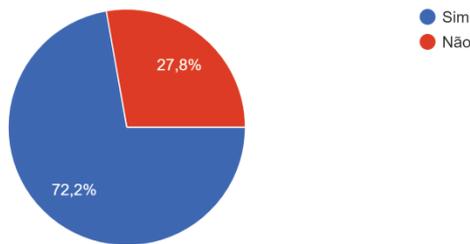
[GRAFICO 2 - Dados na imagem]

Todos os entrevistados residem em Pernambuco, conquanto 72% dos moradores são da Região Metropolitana do Recife:



Você reside em Recife ou em sua região metropolitana?

18 respostas

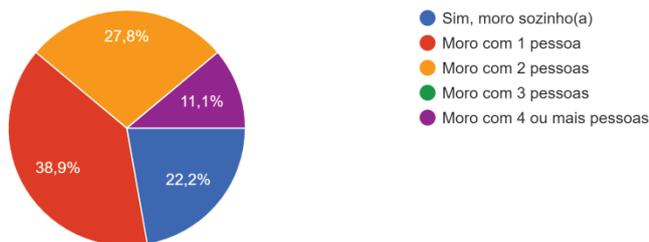


[GRÁFICO 3 - Dados na imagem]

Foi avaliado se os profissionais moram sozinhos ou em família, pois assim tem-se uma base, que será apontada logo posteriormente, sobre o cenário em que vive.

Você mora sozinho ou com mais pessoas?

18 respostas

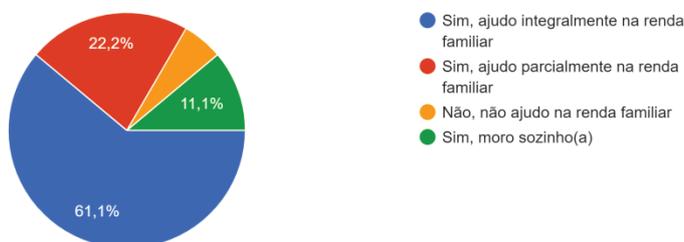


[GRÁFICO 4 - Dados na imagem]

Os entrevistados também responderam se seriam provedores de sua renda familiar, onde 83,3% ajudam parcial ou integralmente - o percentual de 11,1% moram sozinhos, portanto, ajudam integralmente em seu próprio sustento.

Você é provedor(a) principal ou complementar da renda mensal de sua família?

18 respostas

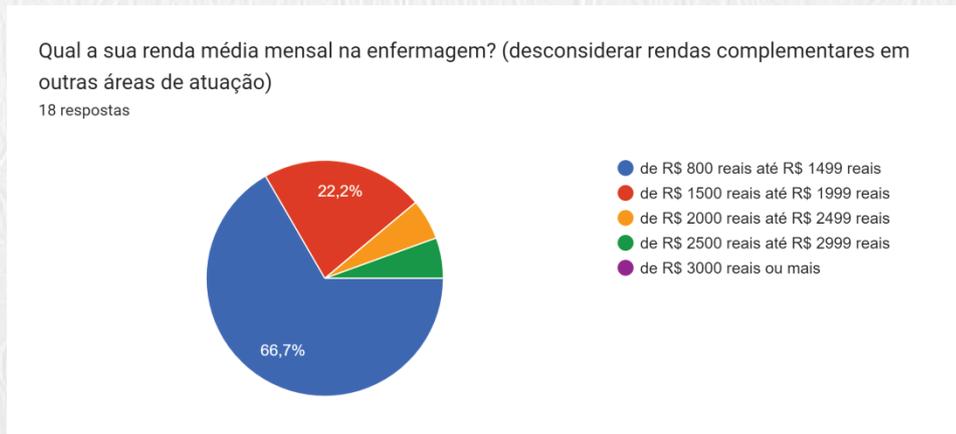


[GRÁFICO 5 - Dados na imagem]

Considerando que a classe de enfermagem não tem piso salarial previsto em lei, como relata o site oficial do Conselho Regional de Enfermagem de Goiás, em publicação datada



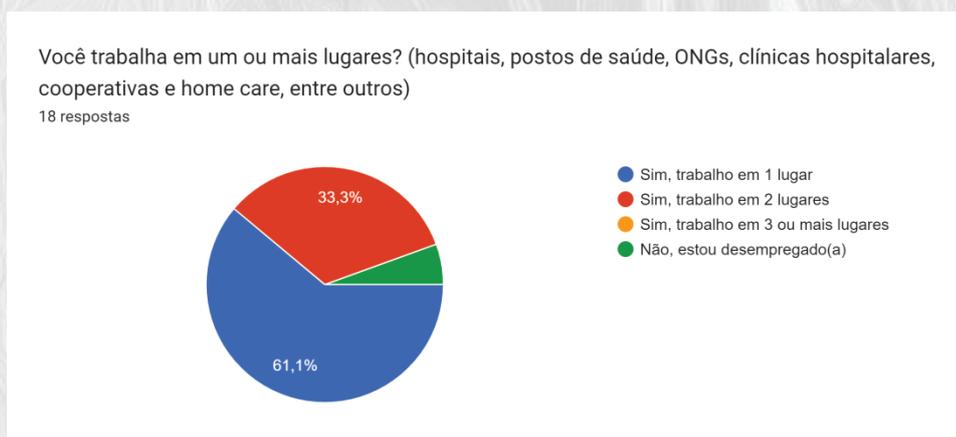
de 17/02/2016, a maioria latente ganha entre R\$ 800 reais e R\$ 1499 reais mensais.



[GRÁFICO 6 - Dados na Imagem]

O gráfico abaixo quantifica quantos dos entrevistados possuem dois vínculos empregatícios, tendo em vista que a enfermagem detém parecer jurídico sobre a possibilidade de dupla jornada de trabalho, segundo a constituição:

II-O art. 37, XVI, c, da Constituição Federal, alterado pela EC nº 34/2001, permite a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, desde que haja compatibilidade de horários. Inaplicabilidade do Parecer nº GQ-145, de 30/03/98, porquanto a cumulação de dois cargos públicos aos profissionais de saúde é a estes assegurada pela Lei Maior. Limitar a sessenta horas a jornada semanal de trabalho a estes profissionais é implementar nova condição para cumulatividade de cargos sem amparo legal. - Supremo Tribunal Federal.



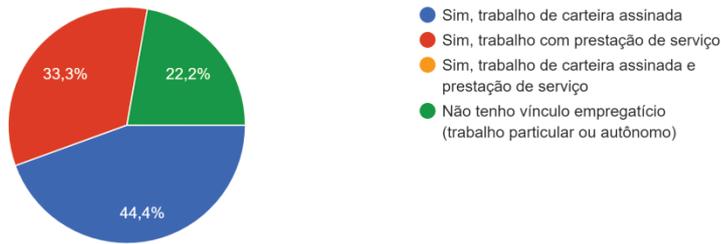
[GRÁFICO 7 - Dados na imagem]

Ainda, mais especificamente, foram questionados sobre qual a origem de seu vínculo empregatício, e se fazem parte de instituição pública ou privada:



Você trabalha de carteira assinada (CLT) ou prestação de serviço?

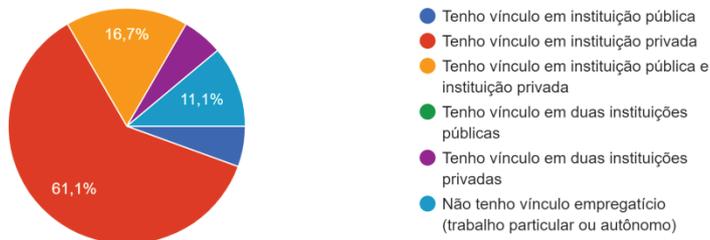
18 respostas



[GRÁFICO 8 - Dados na imagem]

Se você trabalha em um ou mais lugares, quais são os seus vínculos empregatícios? (hospitais, postos de saúde, ONGs, clínicas hospitalares, cooperativas e home care, entre outros)

18 respostas

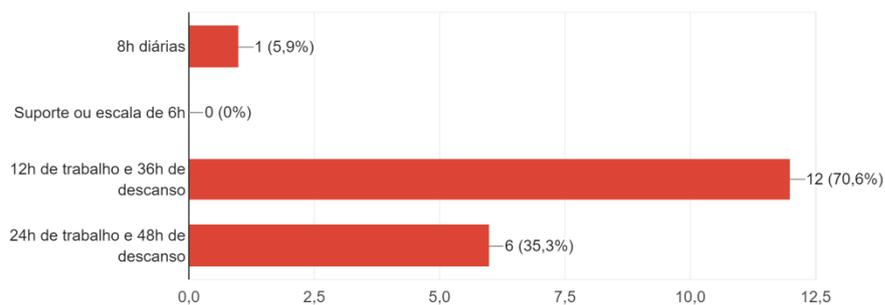


[GRÁFICO 9 - Dados na imagem]

Com exceção de uma pessoa que trabalha com diária, todos trabalham em escala de plantão entre 12h-36h e 24h-48h - ou seja, longas jornadas de trabalho fazem parte da vida cotidiana desses profissionais:

Qual a sua escala de plantão? (pode marcar mais de uma opção)

17 respostas



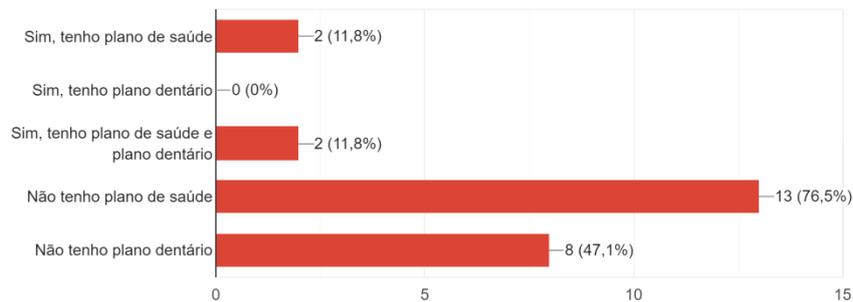
[GRÁFICO 10 - Dados na imagem]

Buscando conhecer mais sobre os direitos trabalhistas dos empregados, as últimas perguntas do questionário são sobre saúde, alimentação e auxílio transporte:



Você tem direito a plano de saúde ou plano dentário pago integralmente ou parcialmente pela instituição de trabalho? (pode marcar mais de uma opção)

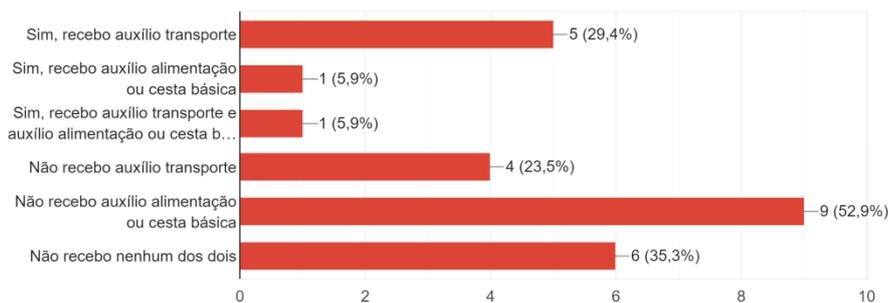
17 respostas



[GRÁFICO 11 - Dados na imagem. Exceção de uma pessoa que não respondeu por não ter vínculo empregatício nenhum]

Você recebe auxílio transporte, auxílio alimentação ou cesta básica pago integralmente ou parcialmente pela instituição de trabalho? (pode marcar mais de uma opção)

17 respostas



[GRÁFICO 12 - Dados na imagem. Exceção de uma pessoa que não respondeu por não ter vínculo empregatício nenhum]

De acordo com a pesquisa, apenas 4 pessoas, entre as 18, recebem plano de saúde, enquanto 13 trabalhadores não recebem - e uma pessoa não respondeu. Em relação ao transporte, 9 entrevistados não recebem cartão eletrônico ou pagamento referente ao deslocamento, enquanto apenas 6 recebem, e os demais não responderam. Das respostas, 13 funcionários não recebem sequer um vale ou auxílio alimentação, deixados à mercê de longas jornadas de trabalho sem alimentação garantida.

Como demonstrado anteriormente, as condições de trabalho vão além das condições do ambiente laboral. Consoante a descrição do sanitarista Sergio Arouca, durante a 8ª Conferência Nacional em Saúde, realizada em março de 1986, declara:

“É um bem-estar social que pode significar que as pessoas tenham mais alguma coisa do que simplesmente não estar doentes: que tenham direito à casa, ao trabalho, ao salário condigno, à água, à vestimenta, à educação, às informações sobre como dominar o mundo e



transformá-lo. Que tenham direito ao meio ambiente que não os seja agressivo, e que, pelo contrário, permita uma vida digna e decente. Direito a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e autodeterminação de um povo, e que não esteja todo tempo submetido ao medo da violência, daquela violência resultante da miséria, e que resulta no roubo, no ataque. Que não esteja também submetido ao medo da violência de um governo contra o seu próprio povo, para que sejam mantidos interesses que não são do povo (...).”

Portanto, a saúde pública faz parte do corpo político da democracia, pois para que a democracia funcione em toda a sua totalidade, é necessário que haja um bom sistema de saúde integrado para resguardar o bem-estar de todos. Arouca, em conferência, expressou que:

“era ponto de partida, antes, conseguir a democracia. E o lema que foi colocado no sistema de saúde durante os últimos anos foi exatamente esse, democracia é saúde, significando que para conseguir começar a melhorar timidamente as condições de saúde da população brasileira era fundamental a conquista de um projeto de redemocratização desse país” 8ª Conferência Nacional em Saúde, realizada em março de 1986.

Conforme Darl apresenta em “Poliarquia: Participação e Oposição”, a participação política é essencial para a democracia (ou poliarquia), visto que somente agentes participantes têm o poder fazer transformações significativas para a sociedade. Faz parte da responsabilidade do Estado prover planos e projetos voltados para saúde dos trabalhadores, pois estes, como visto, formam o corpo social. Segundo Sartori, a força estatal tem a capacidade de fazer mudanças estruturais, através de seu poder simbólico (poder coercivo que atinge inconscientemente a todos):

“Segue-se que o Estado, que dispõe de meios de impor e de inculcar princípios duráveis de visão e de divisão de acordo com suas próprias estruturas, e o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico.” - Sartori (2017).

Tendo em vista tal afirmação, também pode-se concluir, por fim, que o Estado detém o poder de adotar ou renunciar o modo como se institui as estruturas sociais, e é exatamente deste princípio que se pronuncia a chance de transformação dessas mesmas estruturas. Vista a necessidade de se ter um desdobramento que garanta os direitos básicos à saúde do profissional de enfermagem, é imprescindível seu reconhecimento a partir da burocracia estatal, pois dessa forma, há a possibilidade de sua demanda ser levada em consideração democraticamente.

“a publicação, no sentido de procedimento que tem como objetivo tornar público, levar ao conhecimento de todos, encerra sempre a possibilidade de uma usurpação do direito



de exercer a violência simbólica legítima, que é própria do Estado - e que se afirma, por exemplo, na promulgação de uma lei, o Estado pretende sempre regulamentar todas as formas de [...] representações” Sartori, pág 114.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o Estado deve garantir condições de saúde em lei, mais do que as políticas e campanhas públicas, para que não sobre alternativas senão procurar o Sistema Único de Saúde numa situação de urgência - pois o princípio de igualdade e equidade do SUS decreta a impossibilidade de priorizar a classe profissional da saúde, mesmo que sejam eles que, fundamentalmente, através de sua força de trabalho, tornem possível a existência do sistema de saúde.

Os trabalhadores da saúde garantem assistência à sociedade como um todo, conquanto o Estado não garante constitucionalmente nenhuma assistência aos seus próprios profissionais. O resultado dessa falta de amparo por parte do governo é um adoecimento gradativo desses profissionais, uma vez que seus trabalhadores estão sujeitos cotidianamente a diversas situações de estresse e perigo pelas tarefas realizadas. De acordo com a Secretaria de Inspeção do Trabalho, no quadro de perigos e riscos ocupacionais relacionados aos profissionais de enfermagem, estão: os riscos com agentes físicos, agentes químicos, agentes biológicos, riscos ergonômicos ou psicossociais e os riscos mecânicos ou de acidente. Fatores como longas jornadas de trabalho, vulnerabilidade do paciente (grandes responsabilidades com a vida do próximo), acúmulo de tarefas pela ampla demanda do sistema de saúde brasileiro, entre outras questões, são razões suficientes para identificar a alta carga emocional que os atinge.

Em virtude das enfermidades pelas quais os técnicos de enfermagem podem ser atingidos, é necessária a garantia dos direitos dos trabalhadores, sobretudo à saúde, mesmo que à priori, venha ocorrendo de maneira parcial e contratual:

[...] a assistência médica governamental se desenvolve como um benefício vinculado ao contrato de trabalho formal e com as características de seguro, ou seja, uma obrigação contratual de caráter contributivo, não se constituindo como uma prestação pública a que tem direito toda a população.” Menicucci. (p. 66)

É exatamente por fazer parte da classe trabalhadora que os técnicos de enfermagem carecem de condições mínimas, veementemente garantidas pela burocracia estatal, de acesso à cuidados médicos. Para obtenção de um sistema de saúde qualificado, é preciso que os profissionais que integram a área tenham suas condições de trabalho salvaguardadas por



direitos básicos.

Desse modo, fica claro que é imprescindível o reconhecimento da importância do técnico em enfermagem, para somente assim reformular as diretrizes (ou a falta delas) que, hoje em dia, afetam a vida dos profissionais da área, como por exemplo, aqueles que recebem salários abaixo do cálculo de média salarial do país, pelo fato da profissão não ter piso salarial instituído em lei. Para a reformulação da base do sistema de saúde, atualizar a sua origem é primordial para que se possa fazer transformações benéficas, como pontua Sartori:

Sem dúvida, não há instrumento de ruptura mais poderoso do que a reconstrução da gênese: ao fazer com que ressurjam os conflitos e os confrontos dos primeiros momentos e, concomitantemente, os possíveis excluídos, esta reatualiza a possibilidade de que houvesse sido (e de que seja) de outro modo e, por meio dessa utopia prática, recoloca em questão o possível que se concretizou entre todos os outros. Sartori, pág 98.

Tais mudanças não podem ser “reféns” do capitalismo, pois a lógica liberal não é capaz de reconhecer os imperativos subjetivos do ser humano, deixando de enxergar os problemas que afligem os profissionais da saúde. Conforme destaca o deputado constituinte Eduardo Jorge, não se pode deixar o sistema de saúde nas “mãos” do mercado:

Se nós estamos querendo atingir objetivos como universalização, equanimidade, integralidade do sistema, participação, é impossível que um setor importante da assistência à saúde fique sujeito às leis do mercado” (Deputado constituinte Eduardo Jorge, Diário do Congresso Nacional, 17/7/1987) -(p. 6).

Em harmonia com o discurso citado, Paim (2011) nos elucida sobre o que acontece quando a participação do setor privado cresce:

À medida que a participação do setor privado no mercado aumenta, as interações entre os setores público e privado criam contradições e injusta competição, levando a ideologias e objetivos opostos (acesso universal vs. segmentação do mercado), que geram resultados negativos na equidade, no acesso aos serviços de saúde e nas condições de saúde.” pág. 28.

Os resultados podem ser vistos com o agravamento das condições de saúde dos profissionais em frente ao enfrentamento da pandemia do COVID-19. Uma pesquisa realizada pela Fiocruz (2021) descreve o assunto, citando que a maioria “necessita de mais de um emprego para sobreviver”, considerando que não se têm piso/renda salarial que torne possível uma boa condição de vida:

[...] a pandemia alterou de modo significativo a vida de 95% desses trabalhadores. Os dados revelam, ainda, que quase 50% admitiram excesso de trabalho ao longo desta crise mundial de saúde, com jornadas para além das 40 horas semanais, e



um elevado percentual (45%) deles necessita de mais de um emprego para sobreviver.” Fundação Oswaldo Cruz. Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde no Contexto da Covid-19. Realizada em 2021.

Em relação aos técnicos de enfermagem e auxiliares, foi feita outra pesquisa, em 2022, por parte da Fiocruz, que mostrou:

As consequências da pandemia para esse grupo de trabalhadores são muito mais desastrosas. São pessoas que trabalham quase sempre cumprindo ordens de forma silenciosa e completamente invisibilizadas pela gestão, por suas chefias imediatas, pela equipe de saúde em geral e até pela população usuária que busca atendimento e assistência. Portanto, são desprovidos de cidadania social, técnica e trabalhista. Falta o valioso pertencimento de sua atividade e ramo profissional. A pesquisa evidencia uma invisibilidade assustadora e cruel nas instituições, cujo resultado é o adoecimento, o desestímulo em relação ao trabalho e a desesperança - Coordenadora da pesquisa, Maria Helena Machado. Os trabalhadores invisíveis da Saúde: condições de trabalho e saúde mental no contexto da Covid-19 no Brasil. Fiocruz. 2022.

Pode-se concluir, através dos fatos aqui expostos, que o Estado deve suprir a carência demandada pelas atuais condições de trabalho e saúde dos profissionais de enfermagem, em especial aos técnicos e auxiliares, levando em consideração que os mesmos não dispõem de salários adequados - diferente dos enfermeiros, que recebem acima do salário mínimo por pertencerem ao ensino superior. É primordial para a concretização de um sistema de saúde integrado, que o Estado, juntamente com a participação política da classe de enfermagem - Darl (2015) considerava que a ação participativa é imprescindível numa sociedade democrática - crie diretrizes, não somente judiciárias, mas também de cunho social, capazes de superar as condições informadas no presente artigo.

REFERÊNCIAS

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Público e privado na política de assistência à saúde no Brasil: atores, processos e trajetórias. SciELO - Editora FIOCRUZ. Edição do Kindle.

CAVERNI, Leila Maria Rissi. Curso técnico de enfermagem: uma trajetória histórica e legal - 1948 a 1973. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. São Paulo, 2005.

PAIM, Jairnilson, et al. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. Rio de Janeiro, Fiocruz, 21 Slides. 2011.

Cartilha do trabalhador de Enfermagem Saúde, segurança e boas condições de trabalho.



Associação Brasileira de Enfermagem - Seção RJ, 2006.

SARTORI, Giovanni. “O que é democracia?”. Segunda coletânea da democracia. Instituto Atuação. 2017.

DARL, ROBERT. Poliarquia: Participação e Oposição. Prefácio de Fernando Limongi. 1ª Edição. Editora da Universidade de São Paulo. 2015.

FIOCRUZ. Os trabalhadores invisíveis da Saúde: condições de trabalho e saúde mental no contexto da Covid-19 no Brasil. 2022. <https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-reafirma-invisibilidade-de-2-milhoes-de-trabalhadores-da-area-da-saude#:~:text=A%20pesquisa%20Os%20trabalhadores%20invisíveis,ausência%20de%20direitos%20sociais%20e>

FIOCRUZ. Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde no Contexto da Covid-19. 2021. <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-analisa-o-impacto-da-pandemia-entre-profissionais-de-saude>



O CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA NA TEORIA DO *IMPERIALISMO COMO FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO DE LÊNIN*

FILIFE OLIVEIRA NAVA⁸

Resumo: No presente trabalho, procura-se entender como se conceituou, se originou e se desenvolveu o Capitalismo de Vigilância de Shoshana Zuboff em uma perspectiva teórica d'*O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo* de Lênin. Compreende-se que o último desenvolveu a ideia de que o imperialismo colonial europeu no início do séc. XX se tratava, sobretudo, de uma fase definitiva do capitalismo monopolista. Utilizamos esta teoria para explicar como, no início do séc. XXI, o capitalismo de vigilância se trata na verdade de uma nova forma de imperialismo colonialista aplicado pelo capital monopolista dos dados, capaz agora de dominar relações de produção e consumo do mundo todo à sua maneira.

Palavras chave: Capitalismo de vigilância, Imperialismo, Marxismo, Monopolismo, Lênin.

Abstract: *In the present work, we seek to understand how Shoshana Zuboff's Surveillance Capitalism was conceptualized, originated and developed in a theoretical perspective of Lenin's Imperialism, Higher Stage of Capitalism. Understanding that the last developed the idea that European colonial imperialism at the beginning of the 20th century was, above all, a definitive phase of monopoly capitalism. We use this theory to explain how, at the beginning of the 21th century, surveillance capitalism is actually a new form of colonial imperialism applied by the monopoly capital of data, capable now of dominating relations of production and consumption from around the world in his own way.*

Keywords: *Surveillance Capitalism, Imperialism, Marxism, Monopolism, Lenin.*

INTRODUÇÃO

Desde um homem que vê seu *smartphone* ser bombardeado por e-mails de propostas de seguros depois de ter tido poucas conversas com amigos sobre a troca de seu carro, até chegar a uma mãe solo trabalhadora que tem o valor de seu plano de saúde absurdamente aumentado, sem entender que vários de seus hábitos estão modificando seu *score* de saúde, tais são alguns exemplos bastante realísticos que trazem sérias questões não somente de ética e privacidade pessoal, mas avançam sobre uma complexa trama de desafios aos

⁸ Graduando no curso de Ciências Sociais da UFRPE.



estados democráticos de direito contemporâneos.

Desde o início do século XXI as relações sociais e econômicas estão constantemente sendo transformadas por dispositivos tecnológicos capazes de conectar pessoas, grupos e empresas em tempo real e independentemente de distância, e que as empresas por trás destes dispositivos fornecem oportunidades para produzir e consumir produtos e serviços dos mais variados tipos, de formas antes inconcebíveis. Neste atual estágio de desenvolvimento tecnológico da comunicação é importante indagarmos não apenas as utilidades ou funções que estes aparelhos desempenham, mas também nas implicações do uso. *Smartphones* hoje em dia são capazes de gravar vozes e imagens e transmiti-las a outros em questão de segundos, e se crê que estas e outras tantas possibilidades desempenhadas são recompensas pelo preço em dinheiro de tal aparelho. Mas, como demonstrado por Shoshana Zuboff e tantos outros pesquisadores das chamadas Ciências de Dados, os inúmeros usos que fazemos não só de *smartphones* como de tantos outros aparelhos integrados à internet, como câmeras de registro por vídeo de vias públicas ou os vários eletrodomésticos englobados na chamada *Internet of Things* (IoT), permitem que se extraiam todo tipo de informação possível da experiência humana sensível e sejam utilizadas para finalidades que estão além das cláusulas de contrato ou do que a funcionalidade original previa, promovendo mecanismos que influenciam e dominam comportamentos, assim como os preveem.

A este novo grande mercado de informações extraídas e processadas, e de elaborados produtos de sugestão ou predição comportamental, comercializadas por grandes corporações de tecnologias da informação a clientes ávidos por vender produtos e serviços com maior precisão de consumo que Zuboff e outros denominam de Capitalismo de Vigilância (2020, p. 19).

É nesta nova forma de capitalismo, ainda nascente mas já bastante estabelecida, identificadas sobretudo nas chamadas *Big Tech*, que concebe-se que haja um organizado poder monopolista de mercado que concentra não somente enorme influência sobre governos ou outras empresas, mas que também ultrapassa limites éticos e legais em atendimento aos próprios interesses de lucro, sendo capazes de se constituírem como agentes de um novo tipo de imperialismo global, tanto no mundo real como no virtual, que guarda características similares ao imperialismo europeu neo colonial de fins do séc. XIX e início do XX, como foi muito bem analisado e teorizado por Lênin em sua obra “Imperialismo, estágio superior do capitalismo” (2021).

Por meio desta obra que este estudo se debruça para demonstrar que, mesmo que a antiga forma de imperialismo tenha sido sepultada no passado histórico, a sua essência é resgatada e transformada em modelo ideal de poder ao capitalismo de vigilância. Faz



com que as grandes corporações de tecnologia da informação se coordenam e firmam um monopólio do mercado de dados e produtos de predição e criem novos mecanismos de controle social, estabelecendo divisões de trabalho e consumo globais com natureza claramente colonialista, que intenciona subjugar nações e sociedades segundo hierarquias e classificações preconceituosas. Através de seus avançados dispositivos tecnológicos sensíveis a todo tipo de experiência humana exercem uma forma mais avançada e moderna de imperialismo sobre o mundo, desta vez não para conquistar e dominar vastas regiões geográficas e extrair seus recursos materiais valiosos, mas para exercer seu poderio monopolista e colonial sobre as mentes e corpos humanos.

O CONCEITO DE IMPERIALISMO EM LÊNIN

Em meio a Primeira Guerra Mundial, em 1916, Vladímir Ilitch Lênin escreveu uma obra que procurou explicar do que se tratava o imperialismo como fenômeno histórico dentro do enfoque de economia política marxista, em resposta a conceitos e visões reacionárias amplamente disseminadas no meio socialista. Assim ele definiu os cinco principais traços do imperialismo:

1) a concentração da produção e do capital elevada a um patamar tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capital, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire um significado particularmente importante; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que dividem o mundo entre si, e 5) o término da partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas. (LENIN, 2021, p. 114)

Tais traços, com maior ou menor diferença, se distinguiam das abordagens tradicionais da época, que concebiam o imperialismo como conquista e subjugação territorial de povos ditos “atrasados” por potências ocidentais ou até como política de boa intenção, numa espécie de missão civilizatória, trazendo as benesses do capitalismo industrial a estes povos. No entanto, tal conceito para Lênin se constituía, sobretudo, como uma etapa superior da trajetória histórica do capitalismo, caracterizado nesta fase pelo *modus operandi* de concentração monopolista da burguesia e pelo surgimento de uma organizada oligarquia financeira com capacidade para criar e moldar as diretrizes com que o sistema capitalista mundial funcionava (LENIN, 2021, p. 113).

Seu estudo se elabora por meio de metodologia científica marxista, que dá um aparato para novas investigações a partir do materialismo histórico e dialético, isto é, compreender



historicamente como e onde se dá a produção material humana e as relações sociais imbricadas, estabelecendo com isto a oposição de dominados e dominadores como as classes sociais historicamente situadas. Complementando,

é possível extrair de Lênin uma indicação metodológica do seguinte tipo: deve-se ir da categoria (abstrata) até a investigação do concreto, inferir daqui novas categorias científicas, sempre abstratas enquanto tais, porém mais complexas e mais próximas ao concreto para com elas levar a investigação a um novo nível e assim por diante. (GRUPPI, 1979, p. 138 apud JÚNIOR, 2011, p. 37)

Portanto, entendemos que a teoria do imperialismo de Lênin trouxe contribuição crucial para entendermos o novo padrão de relações econômicas mundiais daquele contexto histórico, que se orientava ao monopolismo industrial e financeiro burguês como fundamento da maior taxa de acumulação de capital, intensificando as contradições sociais inerentes do sistema capitalista e agudizando a luta de classes, sendo considerada portanto como fase histórica final do capitalismo.

Ainda que a obra de Lênin tenha se tornado, hoje, uma fonte documental da historiografia marxista, e que sua teoria tal como literalmente entendida não mais tenha validade como arcabouço completo de análise geopolítica e econômica da atualidade, salienta-se que ela traz consigo um referencial teórico cientificamente válido capaz de elucidar processos e dinâmicas histórico-econômicas do capitalismo mais recente, liderado tanto pela acumulação de capital monetário como de dados, de nível global como local.

O CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

Desde o início do séc. XXI, empresas de alta tecnologia dos EUA, comumente situadas no chamado “Vale do Silício”, desenvolvem dispositivos e programas de avançada capacidade de captação e processamento de informações da experiência humana sensível, em volume e velocidade progressivamente maiores. E podem, com estas informações e através de computação com tecnologia de Inteligência Artificial (IA) e de *Big Data*, proporem produtos ou serviços que atendam aos próprios interesses e atribuir a estes últimos usos distintos, desconsiderando princípios éticos fundamentais das sociedades democráticas modernas. Neste universo, as chamadas *Big Tech*, mega corporações como Alphabet/Google e a Microsoft, armazenam para si dados de milhões de seres humanos sem uma clara transparência dos usos que farão, gerando o que Zuboff chama de superávit comportamental (ZUBOFF, 2020, p. 93), isto é, o excesso acumulado de informações reaproveitado para usos alternativos.



Nós somos as fontes do superávit crucial do capitalismo de vigilância: os objetos de uma operação de extração de matéria-prima tecnologicamente avançada e da qual é cada vez mais impossível escapar. Os verdadeiros clientes do capitalismo de vigilância são as empresas que negociam nos mercados de comportamento futuro. (ZUBOFF, 2020, p. 22)

No entender de pesquisadores desta sociologia dos dados, este superávit adquire o caráter de uma mais-valia comportamental (ARBIX; BRANDÃO, 2020, p. 354), transformando o comportamento humano numa nova fonte de recursos a ser explorada, em um novo capitalismo que não somente extrai lucro do trabalho humano, classicamente concebido por Marx, mas também da experiência vivida. O capitalismo de vigilância atinge assim um novo patamar de reprodução dos lucros, tornando o “trabalho” da existência humana em fonte de renda e de controle.

Os elementos da vivência humana, desde nossas conversas, fotografias ou até mesmo sensações são “dataficados” e compilados em produtos de predição comportamental (ZUBOFF, 2020, p. 19). Estes produtos “antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde” (ZUBOFF, 2020, p. 19) e são vendidos a outras empresas para diversas finalidades, desde quantificação precisa de taxas e custos de clientes de bancos comerciais até no abuso de preços por planos de saúde sobre clientes constantemente rastreados e analisados por dispositivos vestíveis (SOUTHEY, 2019).

Hoje os produtos de predição são negociados em mercados futuros comportamentais que se estendem além de anúncios on-line com alvos específicos para abranger muitos outros setores, incluindo o de seguros, as lojas de varejo, o ramo das finanças e uma gama cada vez mais ampla de empresas de bens e serviços determinadas a participar dos novos e lucrativos mercados. Seja um dispositivo doméstico “inteligente”, aquilo que as seguradoras chamam de “subscrição comportamental”, seja qualquer um dos milhares de outras transações, nós agora pagamos para ser dominados. (ZUBOFF, 2020, p.21)

Diante destas características, Zuboff concebe um novo tipo de poder exercido pelos capitalistas de vigilância, conceituado como “instrumentarianismo” que é a “instrumentação e instrumentalização do comportamento para propósitos de modificação, predição, monetização e controle” (2020, p. 402). Com tal poder, as empresas que se utilizam dos produtos preditivos atingem novos patamares de tomadas de decisões e aprimoram a conquista de novos negócios e mercados, graças a minuciosas informações extraídas dos produtos preditivos. Através deste tipo de poder que o capitalismo de vigilância vai impondo sutilmente sua vontade sobre sociedades incautas, como um leviatã, que Zuboff vai definir como um ente distópico denominado O Grande Outro:



O capitalismo de vigilância governa pelo poder instrumentário por meio da sua materialização no Grande Outro, que, como o antigo tirano, existe fora da humanidade enquanto paradoxalmente assume a forma humana. A tirania do capitalismo de vigilância não requer o açoite do déspota mais do que requer campos e gulags do totalitarismo. Tudo o que é preciso pode ser encontrado nas reconfortantes mensagens e nos emoticons do Grande Outro, a pressão dos outros não na forma de terror, mas nas suas irresistíveis induções para confluência, o tecido da sua camisa saturado de sensores, a voz gentil que responde a suas indagações, a TV que escuta você, a casa que conhece você, a cama que dá boas-vindas aos seus sussurros, o livro que lê você... O Grande Outro age em nome de uma conjunção sem precedentes de operações comerciais que devem modificar o comportamento humano como condição de sucesso comercial. (ZUBOFF, 2020, p. 577)

Distinguimos, portanto, neste Grande Outro, encabeçado pelas *Big Tech* e no seu instrumentarismo, a germinação de uma nova era implementada em favor de uma nova ordem mundial baseada no império dos dados, que extrai seu lucro com uma eficiência ainda maior do que os formatos de capitalismo histórico precedentes.

O NOVO IMPERIALISMO DE DADOS

Para começarmos a entender o Capitalismo de Vigilância num caráter monopolista, e portanto imperialista, temos de desafixar este último conceito de seu significado puramente contextual e histórico, como designado pela forma político-econômica conduzida por potências européias no período estudado por Lênin e outros de sua época.

O caráter específico que assume o imperialismo ao longo do tempo e a sua forma concreta de manifestação em cada formação econômica e social dependem do modo pelo qual se combinam as tendências à concentração e centralização de capitais com a lei do desenvolvimento desigual em cada conjuntura histórica. (JÚNIOR, 2011, p. 43)

Como o imperialismo é, em sua essência econômica, o capitalismo monopolista (LÊNIN, 2021, p. 149), podemos enquadrar as *Big Tech* segundo três dos quatro principais traços definidos por Lênin para identificar o monopólio sobre dados: “Primeiro, o crescimento do monopólio é um produto da concentração da produção em um patamar muito elevado do seu desenvolvimento.” (2021, p. 149), isto é, o crescimento como monopólio depende da acumulação rápida e massiva de informações de milhões de pessoas para a fabricação de dados. “Segundo, os monopólios levaram à intensificação da luta pela conquista das fontes mais importantes de matérias-primas.” (2021, p. 149), ou seja, é necessário manter e melhorar o desenvolvimento de tecnologias de máxima eficiência na extração de informações sensíveis para o maior acúmulo de dados. E temos por último: “Quarto, o



monopólio nasceu da política colonial” (LÊNIN, 2021, p. 150).

O colonialismo é elemento intrínseco do imperialismo, e como bem analisado na obra “The Costs of Connection” de Nick Couldry e Ulises A. Mejias, está bem presente em nossos tempos nos mercados de dados.

A experiência humana, potencialmente cada camada e aspecto dela, está se tornando o alvo de extração rentável. Nós chamamos esta condição de colonialismo por dados, e é uma dimensão chave de como o capitalismo está evoluindo hoje. (COULDRY, MEJIAS, p. x, tradução nossa)

Como modernos colonizadores, os capitalistas de vigilância avançam sobre a experiência humana revestidos de uma aura conquistadora, tomando para si a privacidade e psique alheias, imaginando-se em territórios de povos “primitivos” e que necessitam do ordenamento civilizador e evolutivo das tecnologias da informação. O colonialismo por dados vem propor um tipo de domínio que perpassa o mundo digital mas que interfere na realidade social, estabelecendo suas próprias regras de usurpação da mente humana e das relações sociais atuais.

Colonialismo por dados é, em essência, uma ordem emergente para apropriação da vida humana para que dados sejam continuamente extraídos dela na obtenção de lucros. Esta extração é operacionalizada por relações por dados, meios de interagir uns com outros e com o mundo e que são facilitados por ferramentas digitais. Através de relações por dados, a vida humana não apenas fica anexada ao capitalismo mas se torna sujeito a monitoramento e vigilância constantes (COULDRY, MEJIAS, p. xiii, tradução nossa)

Resulta, por esta análise, que o capitalismo de vigilância, mais do que se tratando meramente de coleta e processamento de dados e seus usos indiscriminados, se tratar de um novo patamar de evolução do capitalismo com sua própria tendência de concentração de poder e riqueza, reelaborando os esquemas de desigualdade inerentes ao capitalismo. Desigualdade não apenas concebida nas tradicionais categorias sociais ou econômicas, mas agora também invadindo a mente humana.

CONCLUSÃO

O estudo acima abordado levanta insistentes dúvidas sobre o modo como devemos utilizar nossos aparelhos conectados à internet, como também trazem reflexões acerca dos limites éticos e legais das empresas de tecnologia da informação e do papel do estado perante o controle e a vigilância dos que exploram desenfreadamente as pessoas com fins lucrativos.



Ainda que na linha de tempo do capitalismo este seu atual formato seja um fenômeno ainda incipiente, suas consequências já começam a serem sentidas em alguns círculos de debate público, como o que ocorreu após as revelações do escândalo da Cambridge analytica que envolviam esquemas de dataficação de usuários do Facebook e mecanismos de influência na eleição estadunidense de dois mil e dezesseis (CADWALLADR; GRAHAM-HARRISON, 2018).

A ânsia predatória do capital se expande para uma fonte de matéria-prima que desestrutura as bases legais e morais dos estados de maneira mais grave do que o capitalismo industrial ou financeiro precedentes, pois invade espaços de privacidade pessoal e introjetam ideias escusas que manipulam direitos básicos de proteção à vida e dignidade pessoal. É um processo de zumbificação humana por aparelhos que aparentemente deveriam nos auxiliar.

Por outro lado, em certo sentido podemos também pensar, nos termos da compreensão de Lênin acerca da lógica do imperialismo, nas contradições sociais, econômicas e políticas que podem emergir e se intensificar devido a toda esta proeminência do capital de vigilância perante nações e populações, instigando assim possíveis soluções éticas e democráticas para limitar o poderio monopolista de dados. Articulações de grupos e governos já fizeram expor os perigos que o monopólio de dados podem causar, como ficou bem claro após o escândalo da Cambridge Analytica, e já se discutem estratégias e argumentos para um “decolonialismo de dados” (COULDRY; MEJIAS, 2019, p. 192-211) e até possivelmente, complementando as perspectivas futuras, numa revolução digital que se assimile a uma luta de classes em versão de séc. XXI.

REFERÊNCIAS

ARBIX, Glauco; BRANDÃO, Rodrigo. Vigilância, estágio superior do capitalismo. Será?. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, vol. 25, nº 48, p. 353-359. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/13404/9363>. Acesso em: 23/09/2022.

CADWALLADR, Carole; GRAHAM-HARRISON, Emma. Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach. *The Guardian*. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-analytica-facebook-influence-us-election>. Acesso em: 26/09/2022.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulisses Ali. *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.



JÚNIOR, Plínio de Arruda Sampaio. **Por que voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução.** In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. O Imperialismo: etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf>. Acesso em 23/08/2022.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo:** ensaio de divulgação ao público. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

SOUTHEY, Stewart. Medical Wearables, Surveillance Capitalism And Global Health. **Forbes.** 2019. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/stewartsouthey/2019/06/30/medical-wearables-surveillance-capitalism-and-global-health/?sh=31968d5147da>. Acesso em: 25/09/2022.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.



CONCEPÇÕES AGOSTINIANAS NA CULTURA

ERALDO RODRIGUES DA SILVA FILHO ⁹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo refletir acerca da relação entre conceitos da filosofia agostiniana com elementos presentes na cultura pop. A partir de uma reflexão sobre os conceitos de mal e livre-arbítrio, presentes nas obras de Tolkien e na saga Star Wars de George Lucas, esse artigo visa trazer à tona, de maneira simples e direta, as concepções filosóficas de Agostinho presentes na cultura pop, e com isso ter um melhor entendimento e uma criticidade sobre o que lemos e assistimos na nossa sociedade.

Palavras-chave: Santo Agostinho , Filosofia cristã, Cultura pop, Mal, Livre-arbítrio.

Abstract

The present work aims to reflect on the relationship between concepts of Augustinian philosophy and elements present in pop culture. From a reflection on the concepts of evil and free will, present in the works of Tolkien and in the Star Wars saga of George Lucas, this article aims to bring to light, in a simple and direct way, the philosophical conceptions of Augustine present in the culture pop, and with that have a better understanding and a criticality about what we read and watch in our society.

Keywords: *Saint Augustine, Christian philosophy, Pop culture, Evil, Free will.*

Introdução

O bem e mal sempre foram questões que preocupam a humanidade, seja no por meio da religião, da filosofia, da arte, tais temas sempre foram abordados pelos homens. Essas questões tinham inicialmente o objetivo de compreender a origem do ser humano e como seria constituída a sua essência. Um dos maiores pensadores do período de transição da antiguidade para a idade média, Santo Agostinho, que teve bastante influência para o crescimento do cristianismo no ocidente medieval, enfoca alguns dos seus trabalhos na tentativa de trazer uma resolução a essa questão. Além disso, Agostinho também

⁹ Graduando no curso de História da UFRPE.



faz ligação entre a problemática de mal com o livre arbítrio buscando compreender a responsabilidade humana pela origem e por sua difusão na realidade.

Pode-se afirmar que existe uma relação entre os conceitos filosóficos de Agostinho acerca dos conceitos de bem, mal e do livre arbítrio na cultura pop. A partir das obras “Confissões” e “O livre arbítrio”, busca-se compreender e relacionar os pensamentos do Bispo de Hipona com a realidade apresentada na Terra média, em seu mundo inspirado em conceitos medievais criado por Tolkien e na fantasia científica idealizada por George Lucas na Saga Star wars.

Primeiramente, é inegável que exista na literatura de Tolkien uma relação explícita entre o conceito de mal, sendo quase sempre o enfoque de suas histórias². que está sempre presente ao longo de suas obras desde a origem do seu mundo fantasioso, Tolkien em certos aspectos consegue referenciar aspectos do cristianismo nas suas obras, no *Silmarillion*, nos é apresentado um deus criador, Eru Illuvatar que é confrontado por Melkor, um de seus Valar, que seria uma espécie de Deus menor. Podemos identificar um paralelo entre Melkor e o Anjo Lúcifer que Acaba caindo ao desafiar Deus. A partir de suas quedas vemos que sua influência inicia a propagação do “mal” na realidade.

O segundo conceito, o de livre-arbítrio, pode ser alocado na saga Star Wars, tendo como enfoque o personagem Anakin Skywalker que posteriormente assume o manto de Darth Vader. Considerado o escolhido que traria paz ao universo, a escolha desse personagem pode parecer inicialmente contraditória, visto que, ele seria predestinado a um certo destino. Entretanto, a partir da leitura de Agostinho podemos refletir se ele estaria mesmo preso a esse destino e qual o grau de liberdade que ele tem em suas ações. Podendo também ser relacionado com a paixão em detrimento da razão que ocorre durante a saga³.

Deus, a origem do mal e a Terra Média

Aurélio Agostinho de Hipona, conhecido universalmente como Santo Agostinho, nasceu em 354 d.C. na cidade de Tagaste e faleceu em 430 d.C. na cidade de Hipona. O Santo Agostinho foi um dos maiores pensadores do período de transição da antiguidade para a idade média, tendo seu pensamento influenciando todo o período medieval, sendo suas obras de suma importância para o desenvolvimento do pensamento cristão e filosofia ocidental. No começo de sua obra foi bastante influenciado pelo maniqueísmo em sua juventude, e posteriormente pelo neoplatonismo de Plotino. Em sua filosofia Agostinho procura obter a resposta acerca dos critérios que o espírito humano toma para escolher as boas ou má ações provindas do livre-arbítrio.



De acordo com Corsi (2020), nas obras de Agostinho é representada uma dualidade entre o bem e o mal, e da razão sobre a paixão e entre boa vontade e má vontade. Realmente podemos vislumbrar nas obras “*Confissões*” e “*Sobre o livre-arbítrio*” elementos utilizados pelo Santo acerca dessas questões, pois “o ser humano deseja fazer o bem, porém há algo em seu interior que, por vezes, não o permite fazer” (Corsi, p. 4, 2020). O Bispo de Hipona utiliza das escrituras sagradas para tratar de tal assunto, atribuindo ao primeiro homem, Adão a culpa por escolhermos as más decisões, pois segundo ele, estamos fadados ao pecado desde o nascimento. Ademais, é possível relacionar o mal com a queda do anjo Lúcifer, que além de voltar-se contra seu criador foi o responsável pela queda de outros anjos, além de ter persuadido Eva e posteriormente Adão a comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal.

É possível reconhecer no livro VII das “*Confissões*” “A ideia de Deus e a origem do mal”. Para Santo Agostinho, o mal da moral está na ágape desordenada que está no coração, em essência, escolher coisas inferiores sobre as coisas mais elevadas⁴. O teólogo questiona qual a origem do mal e a relação dele com Deus criador, pois se ele tivesse criado tudo que existe, seria então Deus o autor do mal?

O autor questiona:

Portanto, ou há o mal que tememos, ou o mal é isto: temermos. De onde vem, então, se um Deus que é bom fez todas as coisas boas? De onde vem o mal? Talvez de uma matéria má a partir da qual as fez, e deu a ela forma e ordem, mas deixou nela alguma coisa que não se transformou em bem? Mas isso também, por quê? Por acaso, mesmo sendo onipotente, não tinha o poder de convertê-la e transformá-la interinamente, de maneira que nada restasse de mal? Finalmente, por que quis fazer algo a partir dela, ao invés de criar algo a partir de sua própria onipotência, de maneira que dela nada fosse? Ou ela poderia subsistir sobre sua vontade? Ou se ela era eterna, como por tanto tempo, nas infinitas durações temporais anteriores, ela deixou de ser o que era, e apenas posteriormente decidiu fazer algo dela? (AGOSTINHO, p. 175, 2017).

Com isso, o filósofo nos leva a questionar se Deus seria de todo bom, pois se ele criou todas as coisas, logo, teria também sido o autor do mal, além disso, questiona o fato que sendo um Deus onipotente não poderia purificar o mal para que deixasse de existir.

A partir disso podemos fazer alguns paralelos com a literatura de Tolkien para analisar e refletir acerca do conceito de mal para Agostinho, visto que suas obras possuem um grande teor filosófico, além disso, tendo bastante influência na cultura da contemporaneidade. No “*Silmarillion*”, vemos a cosmologia do universo, e apresentados ao Deus criador, Eru Ilúvatar, que criou os Ainur a partir de seu pensamento para cantar juntos em harmonia, dentre esses havia Melkor, o mais poderoso dos Ainur que por conta de sua ganância por



poder, acabara de destoar a harmonia da canção.

Enquanto o tema se desenvolvia, no entanto, surgiu no coração de Melkor o impulso de entremear motivos da sua própria imaginação que não estavam em harmonia com o tema de Ilúvatar; com isso procurava aumentar o poder e a glória do papel a ele designado (Tolkien, p.5, 2003).

Logo após tentar se rebelar contra o seu criador, Melkor é banido e se volta para a terra média, onde ele utiliza de seu poder e influência, para corromper as criaturas que lá vivem. Partindo desse contexto, podemos visualizar alguns paralelos entre o cristianismo e a obra de Tolkien, principalmente com relação a queda de Adão e Eva com figura de Melkor relacionada com a de Lúcifer (a serpente) , enquanto Eru Ilúvatar seria a representação de Deus. É comum, a partir disso, alocar sobre o ser divino a culpa de criar um ser imperfeito, permitindo que este cometesse um mal.

Diante disso, retomaremos a questão tratada anteriormente, sendo Deus o criador de tudo, seria ele também o autor da miséria e infelicidade no mundo? Para Agostinho, é a vontade do homem que determina se suas escolhas se inclinam para o bem ou mal. Corsi destaca:

Parte-se da premissa de que Deus é perfeito e bom, e por assim ser, o que cria também possui categoria de perfeição e benevolência. À vista disso, tomar como verdade que Deus criou o ser com imperfeições e com o mal, é contradizer o preceito de perfeição e bondade, além disso, o conceito de justiça também é atribuído a Deus, pois Ele distribui recompensa aos bons e castigo aos maus, cada um recebe de acordo com sua prática. (Corsi, p. 7, 2020).

Em vista disso, podemos compreender que apesar de ter criado todas as coisas, o mal não faz parte da sua criação, trata-se de um déficit, uma falta do bem, ele não existe em uma realidade metafísica, o mal é um “não ser”. Mas se o mal não é uma criação divina, quem seria o seu autor afinal? Para o Bispo de Hipona em “o Livre-arbítrio” (Agostinho p. 17, 2019) , alega que a resposta para essa questão seria um tanto complexa e inconclusiva, pois “não há um único e determinado autor, senão que cada pessoa , ao não agir retamente , torna-se o verdadeiro e próprio autor das más ações”.

Ou seja, o mal é inerente ao ser humano, e cabe ao criador agir como um juiz para punir as ações, principalmente oriundas da paixão. Pois quando tomamos decisões baseadas na paixão sobrepondo nossa razão, acabamos cometendo o mal. Pois o ser seria dotado de sabedoria, que seria o domínio sobre a paixão que leva o ser humano ao erro, o que nos mostram alguns dos preceitos neoplatônicos em sua filosofia ⁵.

Em “O senhor dos anéis ”, Tolkien nos apresenta Smeagol ,ou Gollum, sendo uma figura que transita entre o “bem e mal” durante a obra, ele seria pertencente a uma das raças



dos Hobbits (seres pequeninos muito abordados durante a saga), sempre fascinado pelo desconhecido, acaba sendo dominado por seu inconsciente, ‘principalmente ao encontrar o Um Anel, que nessa obra seria parte da alma de Sauron, sucessor de Melkor após a sua derrota. No dia do seu aniversário, dia 29 de abril de 2463 da Terceira Era, Sméagol foi pescar com seu primo Déagol. Déagol foi puxado para a água por um peixe, e emergiu com um anel de ouro. Ambos contemplavam o Um Anel, pertencente a Sauron, o Senhor das Trevas, e perdido durante a morte de Isildur na batalha dos Campos de Lis muito tempo antes. O desejo de Sméagol pelo Anel levou-o a matar Déagol. Ele escondeu o corpo e ninguém jamais descobriu o que aconteceu com Déagol. O anel é o maior objeto de desejo durante toda a franquia, levando à tentação até dos mais honestos dos homens e ao ficar sobre a posse de Sméagol, ele o corrompe.

Smeagol representa uma dualidade presente no ser humano que o torna livre para fazer escolhas, pois, caso não houvesse tais possibilidades ele seria condicionado a viver unicamente para o bem ou para o mal e, por consequência, não seria livre, pois apesar de ser tentado pelo anel, foi sua escolha ter cometido o assassinato de seu primo. Na trilogia, depois da obtenção do Anel, o comportamento de Sméagol transformou-se, tendo sido reforçada a influência do inconsciente influenciado pela paixão sobre a consciência regida pela razão.

Smeagol pode ser caracterizado como um ser que mesmo sendo possuidor de sabedoria e razão, por conta de seu interior de sua alma desordenado, que exercia uma primazia sobre seu entendimento, tornou-se passível para de más ações. A vontade estaria presente na tomada de decisões que os seres humanos fazem, e quando desordenada permite a anteposição do desejo de obter a ciência do bem e do mal, pondo a si mesmo em lugar de referência na tomada de decisões. Além disso, a paixão nos leva ao apego de bens materiais, pessoas e o medo de perdê-las, o Gollum temia que o seu “precioso” escapasse de sua posse.

O temor o levou a cometer atrocidades, assassinando seu primo, em prol de não perder o Um anel ⁶. Se tornando um ser humano desordenado interiormente tende a permitir a primazia da paixão sobre o entendimento, tornando-se escravo dos vícios que desvirtuam a alma, que é o bem mais precioso da pessoa humana. Ademais, é importante ressaltar que o desejo de uma vida sem medo visa um bem, no entanto esse desejo não seria restrito apenas aos homens bons, mas também aos maus por conta disso não é possível validar como boa ou má a busca pelo pela garantia desse viver sem medo. Como Agostinho ressalta:

Porque o desejo de viver uma vida sem medo não é só próprio dos bons, senão também dos maus, mas com essa diferença: os bons o desejam renunciando ao amor daquelas coisas que não se podem possuir sem o perigo de perdê-las; en-



quanto que os maus, a fim de gozar plena e seguramente delas, se esforçam para remover obstáculos, e por isso levam uma vida criminosa e maldade, que, em vez de vida, deveria chamar-se morte (Agostinho, p. 25, 26 ; 2019).

Para Klautau (2007), os primeiros pensamentos de Agostinho com relação a essa questão seria que o bem é o que garante a nossa existência, enquanto a morte seria quando essa existência cessaria. Dessa forma, o viver seria bom e o mal seria oriundo da morte.

Não existe nenhum ser vivo que não venha de Deus, porque ele é, na verdade, a sua vida, a fonte mesma da vida. Nenhum ser vivo, enquanto tal, é mau, mas somente enquanto tende à morte. A morte da vida, essa é a perversão ou maldade (nequitia), isso é o nada. Por isso, com razão, os homens mais perversos são chamados 'homens do nada'. Se a vida tende ao nada foi por se ter desviado - por uma defeção voluntária - de quem a criou, e de cujo ser desfrutava. Foi por querer - contra a lei divina - gozar dos seres corpóreos aos quais Deus a tinha colocado superior. Essa é a perversão. Não porque o corpo seja nada. Pois ele possui certa harmonia em suas partes, sem o que não poderia existir. Também ele é obra daquele que é o princípio de toda harmonia. Todo corpo possui como certo equilíbrio de forma, sem o qual não existiria. Logo, o Criador dos corpos é o princípio de todo equilíbrio. Ele é a forma incriada e a mais bela de todas as formas. Os corpos todos possuem certa beleza, sem a qual não seriam o que são. Se pois, indagarmos quem constitui os corpos, busquemos entre todos os seres o que seja formosíssimo. Toda formosura procede dele. E quem é esse senão o Deus único, a verdade única, a única salvação de todas as coisas, a primeira e soberana essência, a fonte de onde procede tudo o que é - enquanto tem o ser - porque tudo o que é como tal é bom. (AGOSTINHO, 2002, p. 46-47, Apud, Klautau, 2007, p.92).

Em vista disso, o Bispo de Hipona nos leva a crer que a vida é primeira , a morte segunda. seria certeza que tudo o que vive, um dia deve morrer, que seria a origem do mal, mas para a existência da mesma antes de tudo deveria existir a vida antes da morte, que seria um ser que não morreria, que funda a vida , mesmo que depois surja o nada. A diferenciação entre o criador e suas criaturas seria que ele é perfeito e suas criaturas não, por conta disso morrem. Pois embora estejam vivas dirigem-se para a morte. A definição que o autor da matéria como algo perecível, por si só não a define como ruim, pois a matéria não é má por si mesma. Possuindo harmonia e beleza, o problema é que ela seria insuficiente para se sustentar. Pois sendo parte da criação, ela está longe do Criador, e por conta disso, destinada a destruição. Como foi tratado anteriormente, a perversidade está atrelada à dependência dos frutos do criador, ou bens menores, em detrimento de si próprio.

O que podemos elencar com o desejo desesperado pela vida dos Numenorianos. Pois mesmo recebendo a dádiva da longevidade por parte dos deuses, por conta de suas boas ações no



passado, surge no íntimo de seus seres a vontade perversa de continuar aproveitando os prazeres do mundo. Se tornando perversos e se afastando do caminho da vontade divina.

[...] Os numenorianos começaram a ansiar pela cidade imortal que viam de longe; e ficou intenso em seu íntimo o desejo de pela vida eterna, de escapar à morte e ao final dos prazeres. E quanto mais cresciam seu poder e sua glória, mais aumentava sua inquietação(Tolkien, p. 204, 2003).

A partir disso, vemos a humanidade elevando seu interesse pessoal acima do bem coletivo, como uma norma suprema não obedecendo a lei eterna (a dos deuses) a qual a moral seria fundamentada, com isso acarretando em uma punição divina de todos os indivíduos. Na obra *Sobre o livre-arbítrio*, o Bispo de Hipona fala sobre a origem da desarmonia no mundo, buscando esclarecer as dúvidas humanas acerca desse mistério fundamental, em sua liberdade, optando pelo mal e renúncia do bem.

Livre-arbítrio em Star wars

O livre-arbítrio seria a possibilidade de decidir, escolher em função da própria vontade, isenta de qualquer condicionamento, motivo ou causa determinante, sendo um atributo da alma racional de prover sua vontade perante o ser. Agostinho escreveu em “*O Livre-arbítrio*” que o mal seria proveniente das ações humanas, que poderiam escolher o bem. No entanto, posteriormente ele muda sua conceituação sobre o tema, afirmando que o livre-arbítrio sempre decairia para o mal e a única salvação seria por meio da graças de Deus.

Podemos refletir a ligação desta questão com a franquia *Star Wars* de George Lucas, a obra trata acerca de diversas temáticas e arquétipos da ficção na ficção científica e na mitologia antiga presente nesses gêneros. A utilização do monomito, a jornada do herói, do mitólogo Joseph Campbell também está presente na obra: A questão do herói caído na figura de Anakin Skywalker.

No longa “*Star Wars: Episódio I - A ameaça fantasma*” dirigido por George Lucas em 1999, somos apresentados a Anakin, um jovem escravo que vive com sua mãe, ao se encontrar com o cavaleiro jedi Qui-Gon, este percebe que o garoto tem uma forte capacidade na força (energia presente em todos os seres vivos e que dá equilíbrio ao universo), com isso Qui-Gon se convence que o garoto seria o “escolhido” de uma antiga profecia Jedi para trazer o equilíbrio a força. No entanto, o pedido de Qui-Gon para treinar o menino foi inicialmente recusado pelo conselho Jedi, pois houve certa preocupação com relação ao medo do menino de perder sua mãe. O medo seria uma emoção negativa para os jedi como elucida Yoda: “O medo é um caminho para o lado sombrio. Medo leva à raiva; raiva leva



ao ódio; ódio leva ao sofrimento”⁷, no filme “ A Ameaça Fantasma (1999)”.

Ao compararmos esse conceito, vemos uma breve relação com a filosofia de Agostinho, pois sobre a influência de fundamentos estoicos e neoplatônicos, o filósofo elabora sua teoria baseada na autonomia e responsabilidade moral para o homem. Com a negação das tentações como: A paixão, o medo, a raiva e o ódio. O que pode ser relacionado com as diretrizes de conduta do código Jedi:

PRECEITO	DIRETRIZ A SEGUIR
1º	Não Há Emoção, Há paz: Tal princípio ensina que deve-se agir com prudência e ver ações através da lente da Força, para que não aja de forma precipitada em certas ações.
2º	Não há Ignorância, Há Conhecimento: Essa é uma das diretrizes que estão ligadas ao Jedi de sempre buscar se aperfeiçoar em aprender mais e mais, através de arquivos, para que assim possa compreender certas situações, para que não possa cometer erros.
3º	Não Há Paixão, Há Serenidade: Nesse preceito as ações devem ser realizadas de caracteres da noética, ou seja, pensada e refletida, para que os desejos pessoais não possam atrapalhar nos resultados finais de missões.
4º	Não Há Caos, Há Harmonia: A compreensão desta diretriz, está diretamente associada ao equilíbrio simbiótico que há no universo para existência de tudo que há.
5º	Não Há Morte, Há Força: Todos os seres um dia morrem, mas as Forças que há neles sobrevivem e se unem em uma única energia cósmica.

Fonte: Valente; Souza (2021) , Cf. os dados: (Wallace, 2016, p. 46).

Esses aspectos da filosofia Jedi vão de encontro com o que Agostinho trata com o uso da razão para submeter a paixão. Em contrapartida, o pensamento dos Sith que estabelecem a sua premissa em emoções negativas associadas a empregabilidades individuais, inerente aos sentimentos de raiva, medo, frustração, inveja e ódio. Para Valente e Souza (2021) “o ódio se tornaria a principal mola propulsora de empoderamento que emana deste tipo de Força”. O domínio que esse tipo de emoção exerce sobre a mente perturbam o humor e a vida de seu usuário, transformando- o completamente.

A principal questão sobre o livre-arbítrio que se estabelece em Star Wars consiste em Anakin, que posteriormente, adota o nome de Darth Vader , a decisão de seguir o lado negro da força, por conta de um indomito desejo de evitar a morte de sua esposa, Padme Amidala, por conta de visões que lhe eram reveladas em sonhos. Dessa forma, sua mente dominada pela paixão, o tornou miserável e com isso privando-o de suas virtudes e se distanciando do caminho da força e conseqüentemente o de Deus no pensamento agostiniano. Dentro de uma perspectiva histórica sobre o conceito de livre-arbítrio, temos no século IV discussões entre Santo Agostinho e Pelágio, pois para Pelágio:



“[...] É na vontade humana que está todo o pecado. Assim a natureza é essencialmente boa, e apenas a vontade humana é causa do pecado, e uma vez conhecidas as virtudes evangélicas, existe a possibilidade de não mais pecar” (Klautau, p. 105, 2007).

No entanto, para Agostinho o pecado estaria fundamentado exatamente na liberdade que possuímos. No caso de Anakin, justamente por ser livre que ele teria se voltado para o lado sombrio, pois em sua liberdade tudo o que existe seria iniquidade e o pecado. Pois sendo ele escravo de suas emoções não conseguiria optar pelas boas decisões, para isso seria necessário uma intervenção divina. De acordo com Vahl (2019), no espírito humano “a Graça é geradora das condições de possibilidade para que o homem possa realizar boas escolhas”. No entanto, segue-se uma problemática com relação a liberdade que o indivíduos teria para exercer suas ações, pois sendo Deus onisciente, isso exerceria uma presciência sobre os atos de cada indivíduo, o que Agostinho discorda veemente, pois, para ele, seriam improcedentes qualquer méritos prévios da sua graça na tomada de decisão de cada pessoa. Embora Deus tenha o conhecimento de quem pode se tornar bom e se salvar .

Tendo em vista que esse conceito, é perceptível na filosofia agostiniana dois pensamentos com relação a liberdade, no primeiro o homem seria dono de seu próprio destino sendo ele bom ou mau, e no segundo temos um Ser compadecido se dirigindo ao homem pecador e restaurando sua natureza. Agostinho vê a graça divina como uma forma de perdão e misericórdia, seria “ uma manifestação de Amor por parte daquele que foi rejeitado pela liberdade humana na ação voluntária que gerou o seu declínio” (Vahl, p. 15, 2019). Dessa forma, Bispo de Hipona crê que a decisão humana só poderia manifestar-se novamente para o bem por meio de uma intervenção divina da Graça

Esse dilema é crucial para entendermos os conceitos de Graça, Livre-Arbitrio, Natureza e Pecado Original. Uma vez que a Natureza do homem é boa, mostra que Deus é bom, porque tudo o que procede dele é bom. Porém, existe no homem a possibilidade do Livre-Arbitrio, porque esse também é um dom. Ora se é livre pode ser usado para o Mal, ou seja para o nada, para a diminuição da Natureza, que é voltada para o Bem, que é Deus, a Vida. Esse mau uso do Livre-Arbitrio existe porque a Natureza humana, apesar de boa, está com defeito, doente, corrupta. Eis o Pecado Original, do qual nenhum homem pode fugir. E independente de como o Pecado Original exista, ele deve ser entendido, e superado, através das súplicas pela Graça de Deus, que por ser gratuita, independe dos méritos e direitos que a humanidade julgue ter (Klautau, p. 107, 2007).

Com isso podemos relacionar as decisões de Anakin e posteriormente de Darth Vader, baseadas nesses preceitos pois ao se tornar escravo de suas paixões, o mesmo acaba por cometer diversos delitos passíveis da punição divina, entretanto, ao se arrepender de



seus erros ele se redime, por meio de vontade própria e juntamente com o desejo da Força (que podemos entender como a graça de Agostinho), e com isso ele faz se cumprir a profecia a qual estaria destinado, a de trazer equilíbrio à força.

Considerações Finais

A correlação da literatura tolkieniana e da franquia cinematográfica Star Wars, se tratando de substratos da cultura pop e sua relação com aparatos filosóficos e um tanto religiosos, se deu por conta das abordagens de temas relevantes em ambos os universos.

Principalmente nas obras de Tolkien que elencam diversos preceitos do cristianismo, pois o autor era adepto da religião, o que é perceptível ao longo de todas as suas obras. Já no universo de Star Wars, vemos que existe um estilo de vida que visa o equilíbrio do universo. Ao investigar os conceitos de bem e mal e também o de livre-arbítrio em ambas as obras e a partir disso comparar com os conceitos agostinianos que podem ser elucidados dentro desse universo da cultura pop.

A origem do mal sendo proveniente das suas próprias ações e sendo intrínseco à existência dos seres humanos sendo uma das questões mais importante para a humanidade desde tempos remotos sendo vislumbradas na literatura de Tolkien nos mostra como esse tema é de tamanha relevância até os dias de hoje. Ademais os conceitos de liberdade que pode ou não nos encaminhar para um caminho obscuro além da saga Star Wars, também está presente no cerne da literatura tolkieniana. Além disso, o uso de elementos da cultura pop para buscar para entender aspectos da filosofia, facilita não somente o entendimento de diversas questões, mas também estimula o pensamento crítico. Ademais, ao buscar em ambas as obras ecos do pensamento de Santo Agostinho é interessante não apenas do ponto de vista religioso, mas também pelo aspecto filosófico que foi de grande influência em grande parte da história da humanidade.



REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. Confissões / tradução do latim e prefácio de Lorenzo Mammì. — 2° ed. — São Paulo: Penguin Classics companhia das letras, 2017.

AGOSTINHO, Santo, Sobre o livre-arbítrio; tradição de Everton Toresin — Campinas, SP: Ecclesiae, 2019.

CORSI, Uellinton Valentim. Origem do mal segundo Santo Agostinho: Uma perspectiva judaico-cristã. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 05, Vol. 01, pp. 131-152. Maio de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/filosofia/origem-do-mal>

KLAUTAU, Diego Genu . O Bem e o Mal na Terra-Média - A filosofia de Santo Agostinho em O Senhor dos Anéis de J.R.R. Tolkien como crítica à modernidade. 2007. F. Tese. (Mestrado em ciências da religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

Tolkien, J. R. R. (2003). Tolkien, Christopher, ed. O Silmarillion 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

VAHL, M. J. . CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE LIBERDADE EM AGOSTINHO ? UMA REFLEXÃO SOBRE A VONTADE LIVRE NO HORIZONTE DA TEORIA DA GRAÇA. KÍNESIS (MARÍLIA) , v. 11, p. 70-91, 2019.

VALENTE, J. F. B. ; SOUSA, F. S. As Representações Religiosas e Teológicas na Saga Literária de Star Wars .São Paulo: TEOLITERÁRIA - Revista de Literaturas e Teologias - USP. 2021

Filme Citado

Star Wars: Episódio I - A Ameaça Fantasma; Direção: George Lucas. Produção: Lucasfilm. Estados Unidos: Warner Bros. 1999. 1 DVD.

Apêndices - Referências de notas de rodapé

2. No *Silmarillion* observa-se a ascensão e a queda de Melkor, posteriormente Morgoth, como o primeiro senhor do escuro que espalha a escuridão e corrupção por toda a Terra Média. Após a sua queda, Sauron passa a ocupar esse posto.

3. Em sua obra *Sobre o livre-arbítrio*, Agostinho relata que um ser sábio seria aquele que subordina as suas paixões sob a razão.

4. Para ele, o ser humano sempre toma as suas decisões voltadas para o mal. Somente com



amparo da graça que conseguiria voltar para um caminho virtuoso.

5. O Neoplatonismo tentou reconciliar a doutrina cristã com as filosofias clássicas das sociedades grega e romana. Assim, se apropriando das percepções de Platão acerca da razão sendo superior a paixão, Agostinho utiliza esses elementos em suas análises filosóficas.

6. No entanto, para Agostinho o ser é responsável por seus próprios atos, não podendo terceirizar a sua culpa, pois mesmo sendo tentado pelo Um anel, foi a sua decisão o que levou ao mal.

7. O que pode ter tido grande influência da filosofia estoíca, prezando a fidelidade ao conhecimento e o foco em tudo aquilo que pode ser controlado somente pela própria pessoa. Desprezando todos os tipos de sentimentos externos, como a paixão e os desejos extremos. Muito presente também nas obras de Agostinho.



SOCIEDADE DE CONSUMIDORES E ABSTRAÇÃO CIVILIZATÓRIA: UM DIÁLOGO ENTRE AILTON KRENAK E ZYGMUNT BAUMAN

PAOLA GIULIA SPENILLO CALONIO¹⁰

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar as perspectivas dos autores contemporâneos Ailton Krenak e Zygmunt Bauman sobre as consequências que as sociedades centradas na produção e no consumo têm a nível social, econômico, espiritual e ambiental. Partindo do conceito “sociedade de consumidores”, usado por Bauman para diagnosticar o novo modo de vida da atualidade que se orienta pelo consumo, e da expressão “abstração civilizatória”, anunciada por Krenak ao colocar em questão o termo “humanidade”, buscamos por meio deste artigo realizar uma reflexão sobre as transformações trazidas pela soberania do mercado na vida social, que se encontram em curso nas sociedades contemporâneas, e explorar suas amplas consequências, como a acentuada individualização dos cidadãos, o enfraquecimento dos vínculos sociais, a destruição em massa dos recursos naturais, e o apagamento de formas alternativas de ser e de estar no mundo.

Palavras-Chave: Sociedade de Consumidores; Humanidade; Ailton Krenak; Zygmunt Bauman.

Abstract

This article aims to present the perspectives of contemporary authors Ailton Krenak and Zygmunt Bauman on certain aspects of social life today, namely the consequences that societies centered on production and consumption bring at a social, economic, spiritual and environmental level. Starting from the concept “consumer society”, used by Bauman to diagnose the new way of life nowadays that is oriented by consumption, and from the expression “civilizing abstraction”, announced by Krenak when questioning the term “humanity”, we seek, through this article, to reflect on the transformations brought about by the sovereignty of the market on social life, which are ongoing in contemporary societies, and which have far-reaching consequences, examples of which are the accentuated individualization of citizens, the weakening of social bonds, the destruction of mass of natural resources, and the erasure of other ways of being in the world.

Key Words: Consumer Society; Humanity; Ailton Krenak; Zygmunt Bauman.

¹⁰ Graduanda do curso de Ciências Sociais da UFRPE.



Introdução

Ailton Krenak, líder indígena, ambientalista e escritor brasileiro, e Zygmunt Bauman, filósofo e sociólogo polonês, embora aparentemente oriundos de lugares de mundo e contextos bastante distintos, tecem uma crítica convergente em diversos aspectos acerca da vida contemporânea, sobretudo no que diz respeito às consequências que as sociedades dominadas por um sistema econômico que centraliza toda a vida social em torno do mercado e do consumo trazem para os indivíduos, para as relações entre estes e para as relações destes com o meio ambiente e o planeta terra.

Zygmunt Bauman, grande pensador da modernidade e autor de uma amplitude de obras, analisa em *Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*, a maneira pela qual a antiga “sociedade de produtores” da modernidade sólida foi gradualmente se transformando em uma “sociedade de consumidores” na modernidade líquida. Segundo o autor, este fenômeno, que reformula as bases da ordem social, faz dos indivíduos ao mesmo tempo consumidores e mercadorias, tornando-os, assim, em sujeitos e objetos do consumo, fenômeno que tem diversas consequências tanto a nível individual como a nível social.

Partindo de uma percepção semelhante do mundo contemporâneo, Ailton Krenak é autor de obras, como *A Vida não é útil e Ideias para adiar o fim do mundo*; que também realizam severas críticas ao modo de vida centralizado na produção e no consumo, dando ênfase à vasta degradação dos recursos naturais e à exclusão de diversos grupos étnicos e sociais da sociedade de consumo por não viverem em conformidade com esse paradigma. Assim, o autor coloca em questão o próprio termo “humanidade”, indicando que este é amplamente excludente, pois ignora diversos grupos que têm diferentes modos de ser e de ser no planeta terra.

É sobretudo, mas não unicamente, a partir do entrelace entre as visões dos dois autores citados acima sobre o fenômeno do consumo nas sociedades contemporâneas que escrevemos este artigo, no intuito de explorar e compreender de forma mais profunda as consequências que esse fenômeno tem na vida social.

Sociedade centrada no consumo

Zygmunt Bauman, defensor incansável da ideia de que a sociedade contemporânea é marcada por uma volatilidade e impermanência de suas instituições e dos vínculos sociais e afetivos entre os indivíduos, afirma que o modo de viver que se desenvolveu na contemporaneidade tem as características próprias de um fluido: é maleável e inconstante.



Assim, o autor atesta que, de forma semelhante aos líquidos, a vida contemporânea, em praticamente todas as suas esferas, caracteriza-se pela incapacidade de manter a forma: tudo na sociedade está em constante transformação. Tal imagem se contrapõe à da sociedade moderna anterior, à qual, por possuir instituições inflexíveis e duradouras, foi denominada pelo autor de “modernidade sólida”. Apesar da distinção, entre ambas as sociedades existe um elemento em comum, qual seja, o fato de serem ambas modernas, ou seja, de serem produto do ato de pensar e agir sobre si mesmas, conforme a afirmação de Bauman de que “só a sociedade moderna pensou em si mesma como uma atividade da ‘cultura’ ou da ‘civilização’ e agiu sobre esse conhecimento” (BAUMAN, 1998 : 7). Essa ação da sociedade sobre si mesma tem como característica própria a destruição dos elementos da sociedade que ela recebe do passado, no intuito de criar uma nova ordem. No entanto, enquanto na “modernidade sólida” tal destruição era feita com a perspectiva de torná-la novamente sólida e de longa duração; na “modernidade líquida”, tudo é constantemente transformado, não havendo perspectiva de permanência.

Com o desenvolvimento do capitalismo, sistema econômico que organiza a vida social em torno do mercado, sendo baseado na propriedade privada, no trabalho assalariado, no lucro e na acumulação de capital; este passa, ao longo da história, por diversas fases, nas quais a organização das sociedades sofre profundas transformações pela introdução de novas maneiras de organizar socialmente o trabalho e o mercado. Bauman argumenta que a fase atual do capitalismo, que teve início em meados do século passado, coincide com o momento em que a “sociedade líquida” começa a ficar mais evidente. A partir daí, as transações e relações econômicas começam a sobrepor-se de forma muito intensa às relações sociais e humanas, o que gera um grande enfraquecimento dos laços entre os indivíduos e destes com as instituições da sociedade. Esse cenário contrasta com a sociedade de produtores anterior, “principal modelo societário da fase ‘sólida’ da modernidade” (BAUMAN, 2007 : 42), que buscava um ambiente confiável, ordenado, seguro e duradouro.

Bauman reconhece o consumo como uma atividade que sempre existiu na vida humana, sendo uma característica própria da espécie. Entretanto, o autor alega que a diferença para a atualidade seja a grande centralidade que o consumo foi adquirindo na estrutura da sociedade, sendo um atributo próprio desta última, e tendo deixado de ser uma questão de sobrevivência, como uma vez foi, para ser o princípio fundamental que estrutura e organiza a vida social das pessoas. Assim, com o protagonismo que o consumo paulatinamente adquire na vida das pessoas, ele torna-se o consumismo - o consumo excessivo e desenfreado -, transformando-se na base que determina e regula a forma como a vida se dá em sociedade.



De maneira distinta do consumo, que é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o consumismo é um atributo da sociedade. Para que uma sociedade adquira esse atributo, a capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho na sociedade de produtores, destacada (“alienada”) dos indivíduos e reciclada/reificada numa força externa que coloca a “sociedade de consumidores” em movimento e a mantém em curso como uma forma específica de convívio humano, enquanto ao mesmo tempo estabelece parâmetros específicos para as estratégias individuais de vida que são eficazes e manipula as probabilidades de escolha e conduta individuais. (BAUMAN, p. 41).

Portanto, é a partir da análise da estrutura da sociedade contemporânea e das transformações acima referidas que levaram as sociedades a passar de um “estado sólido” para um “estado líquido”, que Bauman verifica que o centro da vida social passou a ser o consumo - que se torna, por sua vez, o princípio pelo qual as relações humanas são construídas. É por essa razão que o autor refere-se às sociedades atuais como “sociedades de consumidores”.

O ambiente existencial que se tornou conhecido como ‘sociedade de consumidores’ se distingue por uma reconstrução das relações humanas a partir do padrão, e à semelhança, das relações entre os consumidores e os objetos de consumo. (BAUMAN, 2007 : 19)

Bauman enxerga o consumismo como um modelo de arranjo social, isto é, para o autor, o consumismo não se limita a uma característica individual, mas constitui-se como um arranjo social capaz de transformar as vontades, os desejos e os anseios consumistas dos indivíduos na principal força propulsora e operativa da sociedade. Assim, o autor argumenta que a centralidade no consumo é capaz de organizar as relações sociais, passando a possuir um papel fundamental não somente na formação das identidades individuais, mas também na relação entre os indivíduos, de maneira que o consumo muda a relação de como estes últimos enxergam a si próprios e de como projetam sua imagem para os outros. Assim, a lógica da troca, isto é, da compra e da venda das mercadorias, impregna-se na vida social de forma tão profunda que a reorganiza completamente, de forma que as pessoas que estão inseridas nesse sistema econômico vêm-se condicionadas a participar do mercado para que possam sobreviver. Nas sociedades contemporâneas, todos necessitam vender algo (nem que seja a sua força de trabalho, como veremos a seguir) para adquirir dinheiro e assim conseguirem comprar coisas que possam garantir tanto a sobrevivência mais básica, quanto uma vida bastante confortável. É neste ponto que o pensamento de Ailton Krenak encontra o de Bauman, da forma que explicaremos a seguir.

Ailton Krenak, em *Ideias para adiar o fim do mundo*, pergunta a si mesmo e aos leitores uma questão inquietante: “Somos mesmo uma humanidade?”. O autor afirma que nós,



seres humanos habitantes do planeta terra, nos acostumamos com a ideia de que somos uma humanidade, no sentido de uma unidade. Essa ideia, ao ter sido naturalizada, deixou de ser questionada, e mesmo com o aparecimento de grandes intolerâncias, desigualdades, misérias e degradações ambientais, a ideia de humanidade continuou presente, e cada vez mais forte, sobretudo com o avanço da globalização e do sistema capitalista, que tomam os seres humanos como todos iguais e pertencentes à essa humanidade - *desde que* sejam consumidores. É pelo fato de a lógica do consumo se encontrar tão profundamente enraizada nas sociedades contemporâneas que Krenak afirma que os seres humanos se desconectaram da Terra e passaram a viver numa “abstração civilizatória”, completamente dopados e padronizados pela lógica do consumo.

A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo. (KRENAK, 2019 : 23).

Esta ideia que se tem de “humanidade” exige uma transformação e padronização de todos os indivíduos em consumidores, prontamente aptos a deixarem de lado seus valores e princípios de vida diversos em prol da lógica do mercado. Assim, Krenak critica a predominância de uma única forma de viver, de ser e de estar no mundo imposta pelo mercado, e indica a existência de formas alternativas de vida que não se encontram completamente imersas no sistema capitalista, das quais são exemplo os povos indígenas, os povos quilombolas, os povos caiçaras, as comunidades tradicionais e até mesmo as populações periféricas, que vivem muitas vezes à margem do poderoso sistema imposto pela tal “humanidade”, isto é, estão inseridas nele por não terem outra opção, mas sequer usufruem de uma vida digna. Esses grupos, deliberadamente deixados de fora do sistema, compõem a sub-humanidade, aqueles rejeitados da humanidade.

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. (KRENAK, 2019 : 24)

A questão que surge é que grande parte da população vê-se impedida de estar incluída na lógica do consumo, seja por possuírem recursos demasiado escassos para reagirem do modo esperado aos insistentes apelos do mercado - o que inclui a grande maioria da população mundial -, seja porque o planeta Terra de fato não suportaria - ou não suportará - a quantidade de extração de recursos e posterior descarte dos produtos necessária para que todos consumam com a velocidade e na quantidade exigida por esse sistema fatídico. Além disso, há também aqueles que não participam da lógica do mercado porque não o



querem e resistem a isso, permanecendo em seus coletivos e nos seus lugares de origem, que têm lógicas de vida completamente diferentes e se recusam fortemente a ser inseridos na lógica do consumo. O grande alerta de Krenak está, portanto, no fato de essa ideia de “humanidade” ser amplamente excludente, por contemplar apenas aqueles que estão inseridos e integralmente imersos na “realidade nefasta de consumo e entretenimento” (KRENAK, 2019 : 18) - ou na “sociedade de consumidores” que Bauman formulou.

Tanto Krenak como Bauman denunciam o fato de a sociedade de consumidores ser excludente. Isto acontece porque, à medida que as leis do mercado de bens de consumo elevam-se paulatinamente a verdadeiros preceitos da vida social, homens e mulheres que não atendem às condições de elegibilidade definidas pelo mercado vão sendo deixados à margem do sistema, considerados consumidores falhos, desnecessários, defeituosos e até mesmo perigosos para a sociedade de consumo, que estaria melhor sem eles, pois representam uma ameaça ao sistema. Desta forma, quem não segue as regras da sociedade de consumidores, isto é, tanto quem não tem recursos suficientes para consumir praticamente nada, como quem se recusa a adquirir quantidades exageradas de produtos desnecessários e a competir com os restantes membros da sociedade para ver quem consome mais; é cada vez mais excluído da sociedade, sendo obrigado a lidar com os riscos disso por conta própria. Nessa sociedade, não consumir significa ficar invisível, na melhor das hipóteses, e ser excluído, renegado e humilhado na pior delas.

A ‘sociedade de consumidores’, em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. Uma escolha viável e, portanto, plausível - e uma condição de afiliação. (BAUMAN, 2007 : 71).

Krenak acrescenta ainda que essa sociedade que preza pela soberania do mercado tira dos indivíduos qualquer senso crítico que estes poderiam vir a ter, pois alguém que é ensinado e preparado desde a mais tenra idade para ser um consumidor, não necessita de desenvolver capacidades críticas em relação ao mundo e ao contexto em que está inserido. Assim, os consumidores tornam-se omissos aos assuntos que dizem respeito à coletividade e à cidadania, tendo um olhar atento direcionado apenas para as conveniências e oportunidades do mercado que beneficiem somente a si mesmos, não tendo qualquer visão do todo. Por isso os consumidores não são cidadãos, pois cada vez mais deixam de estar no mundo de maneira crítica, lúcida, consciente e até revolucionária, para estarem somente como consumidores acrílicos daquilo que já existe.



Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania. José Mujica disse que transformamos as pessoas em consumidores, e não em cidadãos. E nossas crianças, desde a mais tenra idade, são ensinadas a serem clientes. Não tem gente mais adulada do que um consumidor. São adulados até o ponto de ficarem imbecis, babando. Então para que ser cidadão? Para que ter cidadania, alteridade, estar no mundo de uma maneira crítica e consciente, se você pode ser um consumidor? Essa ideia dispensa a experiência de viver numa terra cheia de sentido, numa plataforma para diferentes cosmovisões. (KRENAK, 2019 : 24)

Embora não o cite diretamente, podemos observar, a partir da citação acima, que o pensamento de Krenak encontra o do geógrafo brasileiro Milton Santos, na medida em que os dois autores colocaram que o processo de produção e reprodução capitalista transformou as pessoas em consumidoras ao invés de transformá-las em cidadãs, por não orientá-las em direção a um entendimento do mundo como algo que é criado e recriado por todos os seus habitantes dia a dia, mas direcioná-las a uma postura ociosa e inativa perante as questões sociais.

O consumidor não é cidadão. Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos; a casa própria, o automóvel, os objetos, as coisas que dão status. Nem o consumidor de bens imateriais ou culturais, regalias de um consumo elitizado como o turismo e as viagens, os clubes, e as diversões pagas; ou de bens conquistados para participar ainda mais do consumo, como a educação profissional, pseudo-educação que não conduz ao entendimento do mundo. (SANTOS, 1987 : 41).

Entretanto, o problema que aqui tratamos vai além da transformação e identificação dos indivíduos como consumidores. Uma das principais teses de Bauman em *Vida para Consumo*: a transformação das pessoas em mercadoria é de que o consumo, na “sociedade de consumidores”, tem a capacidade de transformar o próprio consumidor em mercadoria, na medida em que a obsessão pelo consumo cria uma objetificação e consequente mercantilização das vidas dos próprios sujeitos, o que traz inúmeras transformações para o convívio social e para o processo de formação da identidade de cada um, pois os indivíduos, além de se identificarem como consumidores, passam a identificar-se - e comportar-se - como mercadorias.

Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, resuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável (BAUMAN, 2007 : 20).



Assim, de acordo com o autor, os consumidores passam a agir de forma semelhante às próprias mercadorias que consomem, de maneira a tornarem-se ao mesmo tempo sujeito e objeto do consumo. Esse processo se dá em termos de uma comodificação do consumidor - ou seja, a transformação deste último em mercadoria. Este não é um fenômeno individual, mas sim social, pois na maioria das vezes não é feito de maneira consciente nem por escolha própria de cada indivíduo, mas se dá porque as pessoas se encontram em um cenário social onde já é esperado que se comportem como se estivessem à venda. Assim, os indivíduos vêm-se constantemente coagidos a criarem imagens de si mesmos com o objetivo de se venderem para os outros, como produtos a serem escolhidos na prateleira de uma loja.

O objetivo crucial, talvez decisivo, do consumo na sociedade de consumidores (...) não é a satisfação de necessidades, desejos e vontades, mas a comodificação ou recomodificação do consumidor: elevar a condição dos consumidores à de mercadorias vendáveis. É, em última instância, por essa razão que passar no teste do consumidor é condição inegociável para a admissão na sociedade que foi remodelada à semelhança do mercado. Passar no teste é pré-condição de todas as relações contratuais que tecem a rede de relacionamentos chamada 'sociedade de consumidores' e que nela são tecidas. É essa pré-condição, sem exceção ou possibilidade de recusa, que consolida o agregado das transações de compra e venda numa totalidade imaginada. Ou que, para ser mais exato, permite que esse agregado seja experimentado como uma totalidade chamada 'sociedade' - entidade a que se pode atribuir a capacidade de 'fazer demandas' e coagir os atores a obedecer - permitindo que se atribua a condição de 'fato social' no sentido durkheimiano. (BAUMAN, 2007 : 76)

Um aspecto importante destacado por Bauman acerca da transformação das pessoas em mercadoria é que, dentro de uma sociedade regida por um sistema capitalista, os trabalhadores participam do mercado vendendo a única coisa que têm: a sua força de trabalho. Entretanto, reforçando as ideias do economista húngaro Karl Polanyi, Bauman observa que a força de trabalho não é uma mercadoria como são os outros produtos, pois ela é inseparável de seu portador.

A capacidade de trabalho' não pode ser comprada e nem vendida em separado dos seus portadores. De maneira distinta de outras mercadorias, os compradores não podem levar sua compra para casa. O que eles compram não se torna sua propriedade exclusiva e incondicional. (BAUMAN, 2007 : 22)

Neste sentido, dado que a força de trabalho não pode ser separada dos seus portadores, ela também se torna inseparável da personalidade, das expectativas e dos sonhos das pessoas. Assim pode-se compreender melhor como uma pessoa pode se transformar em uma mercadoria: para participar do mercado em uma posição melhor, os indivíduos são



estimulados a entrar na competição e a agregar valor à sua mercadoria (a sua força de trabalho), para venderem-se por um preço mais caro - isto é, para terem um salário mais alto. Desta maneira, cursos, faculdades, diplomas, o aprendizado de idiomas, e tudo o mais que as pessoas colocam no currículo são uma forma de tornar a sua força de trabalho mais atraente para os seus clientes, neste caso os empregadores, de forma que o currículo torna-se uma peça publicitária de si mesmo para estes últimos, na tentativa de mostrar como poderão ser úteis e válidos para suas empresas.

Bauman afirma que a transformação dos indivíduos em mercadorias vendáveis não se restringe ao mundo do trabalho, pois cada vez mais é a própria estrutura existencial das pessoas que se altera e as faz sentir como se vivessem numa indústria existencial, em que elas têm que se representar, auto-afirmar e publicizar a própria imagem e individualidade o tempo todo, portando-se de fato como se fossem uma mercadoria a ser vendida.

Assim, numa sociedade de consumidores, a lógica da mercadoria, isto é, de valorizar algo que serve para ser vendido, se expande para outros aspectos da vida das pessoas, como a formação da identidade e da personalidade. Os indivíduos passam a desenvolver as suas habilidades, seus gostos, seu estilo de vida, seu estilo de roupa e de se portar em público, pensando em si mesmos como uma mercadoria que precisam vender, de modo tal que, nessa sociedade, as pessoas somente desenvolvem a sua identidade consumindo - e sendo consumidos. Dessa forma, torna-se imprescindível que os indivíduos assimilem a lógica do consumo para que possam desenvolver a sua identidade e a sua personalidade. Além disso, o próprio ato de consumir serve para aumentar o valor da sua própria mercadoria, pois o consumo de um determinado produto tem a capacidade de aumentar ou diminuir o valor da sua imagem para os outros, de modo que as pessoas passam a depender do produto que consomem para dar um valor à mercadoria que elas mesmas são. Em última análise, tudo depende de consumir os produtos certos para fazer a propaganda certa de si mesmo - e assim ser consumido como uma mercadoria.

Ao explorarem o mercado à procura de bens de consumo (o propósito ostensivo de sua presença ali), são atraídos para as lojas pela perspectiva de encontrar ferramentas e matérias-primas que podem (e devem) usar para se fazerem 'aptos a serem consumidos' - e, assim, valiosos para o mercado. (BAUMAN, 2007 : 82)

A lógica de mercado que força os indivíduos a se auto afirmarem e buscarem dar valor a si mesmos o tempo todo gera uma sociedade extremamente individualista, autocentrada e egoísta, na qual os esforços e a preocupação das pessoas por aumentar o seu valor são sempre individuais e em competição com os demais membros da sociedade. Numa sociedade regida por essa lógica, os indivíduos acreditam na satisfação de suas necessidades e desejos individuais como meio para a felicidade, e trabalham individualmente por sua conquista,



sem que tenham um olhar para a coletividade ou para as necessidades e desejos alheios.

A vocação consumista se baseia, em última instância, nos desempenhos individuais. Os serviços oferecidos pelo mercado que podem ser necessários para permitir que os desempenhos individuais tenham curso com fluidez também se destinam a ser a preocupação do consumidor individual: uma tarefa que deve ser empreendida individualmente e resolvida com a ajuda de habilidades e padrões de consumo individualmente obtidos. Bombardeados de todos os lados por sugestões de que precisam se equipar com um ou outro produto fornecido pelas lojas se quiserem ter a capacidade de alcançar e manter a posição social que desejam, desempenhar suas obrigações sociais e proteger a autoestima - assim como serem vistos e reconhecidos por fazerem tudo isso -, consumidores de ambos os sexos, de todas as idades e posições sociais irão sentir-se inadequados, deficientes e abaixo do padrão a não ser que respondam com prontidão a esses apelos. (BAUMAN, 2007 : 74).

Um importante ponto destacado por Bauman é de que, na “sociedade de consumidores”, o ato de consumir não tem como objetivo somente garantir a sobrevivência ou a satisfação dos desejos do consumidor. Segundo o autor, a sociedade de consumo opera num jogo muito sutil em que tem rotineiramente que criar promessas de satisfação ligadas ao consumo, bem como também frustrar regularmente tais esperanças de realização. Assim, para que esse jogo tenha sucesso, é necessário manter a satisfação dos consumidores em um nível tal que mantenha, por um lado, uma esperança de realização com a compra de determinado produto que os faça não pararem de consumir, e por outro, uma insatisfação tal que mantenha a rápida circulação das mercadorias das linhas de produção, para as lojas e mãos dos consumidores, e logo em seguida para as latas de lixo.

Bauman acrescenta que a sociedade de consumidores “tem como base de suas alegações a promessa de satisfazer os desejos humanos em um grau que nenhuma sociedade do passado pôde alcançar, ou mesmo sonhar” (BAUMAN, 2007 : 63). Ou seja, a sociedade de consumo é a única que promete a seus indivíduos a todo momento uma sensação plena, instantânea e perpétua de felicidade e de prazer, que se tornam seus valores supremos; ao mesmo tempo em que estimula os indivíduos a evitar a todo custo qualquer tipo de sofrimento ou dor - e quando estes aparecerem, devem ser compensados com o consumo. Entretanto, na realidade, esta felicidade prometida nunca é alcançada, justamente porque a constante insatisfação dos indivíduos é condição necessária para a manutenção da sociedade de consumo, pois assim eles serão estimulados a buscar uma saída para esse sentimento, e tal saída será sempre oferecida através do consumo. Assim, para que a lógica do consumo triunfe, as promessas de satisfação e as esperanças de realização têm necessariamente que ser frustradas com regularidade, de modo que as promessas de contentamento e de felicidade serão sempre enganadoras, ou pelo menos exageradas.



Do contrário, a busca acaba ou o ardor com que é feita (e também sua intensidade) caem abaixo do nível necessário para manter a circulação de mercadorias entre as linhas de montagem, as lojas e as latas de lixo. Sem a repetida frustração dos desejos, a demanda de consumo logo se esgotaria e a economia voltada para o consumidor ficaria sem combustível. É o excesso da soma total de promessas que neutraliza a frustração causada pelas imperfeições ou defeitos de cada uma delas e permite que a acumulação de experiências frustrantes não chegue a ponto de solapar a confiança na efetividade essencial dessa busca (BAUMAN, 2007 : 64).

Assim, o mercado tem que atender às novas necessidades, impulsos, compulsões e vícios dos consumidores que ele mesma criou, assim como oferecer constantemente novos mecanismos de motivação e orientação da conduta humana que os influencie frequentemente a persistirem na atividade do consumo e a nunca estarem perfeitamente satisfeitos. De acordo com Bauman, os bens de consumo são produzidos já com o intuito de ficarem obsoletos e deixarem de ter utilidade em um curto período de tempo - mesmo que ainda estejam novos e em aparente perfeito estado de funcionamento - para que o consumo não pare e as pessoas procurem por aparelhos novos e aperfeiçoados muito frequentemente. Desta forma, a economia consumista constitui-se como uma economia do engano, baseada na insatisfação, no excesso e no desperdício econômico que beneficiam uma parcela ínfima da população, em detrimento do restante dela.

Novas necessidades exigem novas mercadorias, que por sua vez exigem novas necessidades e desejos; o advento do consumismo augura uma era de 'obsolescência embutida' dos bens oferecidos no mercado e assinala um aumento espetacular na indústria da remoção do lixo. (BAUMAN, 2007 : 45)

Acresce-se a essa economia do engano o saldo de devastação profunda que vai sendo deixado no meio-ambiente pela exploração constante e desenfreada dos recursos naturais, além do descarte de quantidades enormes e desnecessárias de lixo, tudo isto causado pela soberania do consumo na vida social. É de conhecimento comum que há uma relação estreita entre o consumo desenfreado e a degradação ambiental. Atualmente, o consumismo e as expectativas da sociedade com relação ao consumo vêm criando uma demanda de recursos naturais cada vez mais perigosa e agressiva para o meio ambiente. Para que seja possível atender a uma demanda tão grande de produtos, é preciso que antes se retire matéria-prima da natureza para então fabricá-los, e isto sem contar com o transporte dos recursos e dos produtos e da utilização de água e de energia, que também fazem parte desse processo e que exploram de igual forma o meio ambiente.

Em uma sociedade em que a compra e o descarte de determinado produto estão localizados muito próximos temporalmente, o fenômeno de exploração e degradação ambiental é



ainda mais grave, pois, à medida que aparecem produtos novos e aperfeiçoados e há um estímulo para o consumo destes em detrimento daquilo que ficou obsoleto; o incentivo ao desperdício é muito grande, e a pressão pela extração de mais recursos para a produção de mais bens de consumo é ainda maior. O cenário econômico e produtivista das sociedades contemporâneas é, então, o de uma extração colossal dos recursos naturais, que é feita muitas vezes sem o devido cuidado em relação ao local e à forma com que é extraído, pois o único interesse é possuir o maior número de recursos, da forma mais veloz possível e com o menor custo, para que se possa produzir a maior quantidade de produtos possível; muitos dos quais não são necessários aos indivíduos que os consomem e servem apenas para satisfazer prazeres supérfluos - ou nem isso.

Ailton Krenak faz um alerta muito importante nesse sentido, denunciando a forma como as sociedades atuais, que centralizam toda a vida social em torno do trabalho, da produção e do consumo, vêm acelerando violentamente o processo de devastação ambiental, sem ter preocupações e cuidados no sentido de inverter esse processo. A crítica do autor assenta justamente no fato de que a ideia de humanidade, trabalhada por nós anteriormente, constituiu-se como algo que é separado da natureza, como se esta fosse prescindível para a existência da espécie humana. Constituiu-se, então, um paradoxo: a humanidade necessita crucialmente da natureza para o fornecimento da matéria-prima que servirá de base para a produção dos produtos que deseja consumir; ao mesmo tempo em que vive como se a natureza fosse algo menor e menos importante. Como contraponto, Krenak traz, em muitas de suas obras, uma visão alternativa sobre a natureza, que é vista por ele e pela aldeia indígena em que vive como algo que é de todos para usufruírem, desde que o façam com respeito. Segundo o autor, os recursos naturais podem ser utilizados por todos os indivíduos do planeta, mas sem ser de um modo predatório que venha a exaurir todos os recursos numa velocidade muito grande, pois a natureza não é uma fonte inesgotável de recursos.

Em sua obra *A Vida não é útil*, Krenak tece ainda um juízo negativo acerca das sociedades atuais de consumo que se orientam pelo princípio de que a realização pessoal é encontrada por meio da produção e do consumo, que gera, por sua vez, indivíduos que têm o trabalho como razão primordial de sua existência. De acordo com o autor, esse cenário de produção e de consumo compulsivos, além de ameaçar outras vidas e outras existências - tanto de seres humanos como de outros seres da natureza -, faz com que a “humanidade” se esqueça do sentido de viver e de fruir a vida, justamente por viver em uma “abstração civilizatória” descolada da natureza, que pensa que o consumo é o objetivo último de suas existências e que ignora por completo o ambiente em que vive.



Destruir a floresta, o rio, destruir as paisagens, assim como ignorar a morte das pessoas, mostra isso, que não há parâmetros de qualidade nenhum na humanidade, que isso não passa de uma construção histórica não confirmada pela realidade. (KRENAK, 2020 : 42-43).

Krenak afirma que as pessoas vivem hoje sem o tempo necessário de reconhecer umas às outras, pois estão sempre ansiando e trabalhando por consumir ou obter alguma coisa que ainda não têm. Por isso vivem com um profundo e enraizado sentimento de angústia, que causa, por sua vez, um quase esquecimento de quem nós somos enquanto seres humanos.

Há pouco referimos que, por mais que se divulgue que exista uma suposta felicidade trazida pelo ato de consumir, o que acontece na maioria das vezes é justamente o contrário, pois os consumidores sentem-se frequentemente irrealizados, insatisfeitos e ávidos por consumirem ainda mais. Acresce-se a isso o fenômeno na atualidade, que também é explorado por Bauman, da crescente sensação de infelicidade, desânimo, ansiedade, incerteza e depressão que os indivíduos pertencentes às sociedades de consumo passam a sentir cotidianamente.

Por outro lado, também se deve notar que os fenômenos e causas negativas do desconforto e da infelicidade, tais como estresse ou depressão, jornadas de trabalho prolongadas e antissociais, relacionamentos deteriorados, falta de autoconfiança e incertezas enervantes sobre estar estabelecido de maneira segura e 'ter razão', tendem a crescer em frequência, volume e intensidade. (BAUMAN, 2007 : 62).

A ambição desenfreada pelo consumo leva as pessoas a entrarem em ferozes e intermináveis jornadas de trabalho, com o sentimento de que têm que produzir sempre mais, tanto para venderem uma boa imagem de si mesmas, quanto para receberem mais dinheiro - ainda que já tenham todas as condições básicas e por vezes até bastante confortáveis de vida garantidas - e assim tentarem dar conta de seu desejo insaciável de continuar consumindo e apropriando-se do máximo possível de produtos.

Conforme avaliou Byung-Chul Han, filósofo sul-coreano da atualidade, as sociedades contemporâneas vivem segundo o axioma de maximização do trabalho e da produção, em que os indivíduos, “empresários de si mesmos” (HAN, 2010 : 22), quase não necessitam mais de ordens externas para que produzam, tornando-se eles próprios em sujeitos de desempenho e de produção obsessiva. Segundo esse autor, a partir do século XXI instaurou-se nas sociedades um imperativo da positividade, que coloca o indivíduo como dono e gestor de si mesmo e estimula-o a acreditar que ele pode ser quem quiser e obter tudo o que desejar, desde que se esforce obstinadamente através do trabalho e da produção. No entanto, como viver sem limites dentro de uma sociedade é inviável, a impossibilidade de os indivíduos alcançarem tudo aquilo que almejam logo bate à porta, e neste momento



irrompe-se o cansaço e sucessivas frustrações, que geram, por sua vez, sociedades com altíssimos índices de depressão e demais transtornos psicológicos.

A infelicidade na “sociedade de consumidores” deriva em grande parte do excesso - dos desejos desmedidos, do esforço para saná-los, das ofertas e das frustrações. A questão é que, apesar do aparente excesso de oferta de bens materiais, uma vida centrada no consumo é sempre uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante, de frustrações, de autocríticas e de insatisfação consigo mesmo. A obsessão por estar sempre produzindo ou consumindo gera uma sociedade que tem uma sensação de incompletude generalizada, pois nunca nenhum indivíduo consegue se realizar plenamente, de maneira que a felicidade e o bem-estar parecem sempre distantes a todos os indivíduos.

Ailton Krenak, Zygmunt Bauman, e diversos outros autores da contemporaneidade, cada um com suas particularidades e aspectos de maior incidência em seus pensamentos, realizam profundas reflexões que destacam as contradições das sociedades contemporâneas que se regem pela lógica do mercado, da produção e do consumo; fenômeno este que reorganiza as estruturas sociais e que afeta as pessoas tanto enquanto sujeitos individuais, quanto enquanto coletividades. Eventualmente se possa afirmar que vivemos, hoje, uma crise de paradigma, dadas as diversas críticas que surgem sobre o modo de vida contemporâneo. Neste momento é inadiável que haja, por parte de cada um, uma reflexão crítica sobre as suas ações, intenções e consequências destas últimas a nível coletivo. Acreditamos que é a partir do contato e da conexão com outras percepções sobre o mundo que poderemos encontrar novas alternativas e soluções para a vida coletiva que contemplem e, sobretudo, que respeitem a todos os seres vivos no planeta terra. Existe ainda um longo caminho a ser percorrido até que todas as vozes possam ser escutadas, mas todo esforço nos leva a um passo mais próximo de um mundo mais compreensivo, respeitoso, seguro e inclusivo.



REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.

Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

